

VOZ OPERÁRIA

Nº 384 — RIO DE JANEIRO — 22 DE SETEMBRO DE 1956

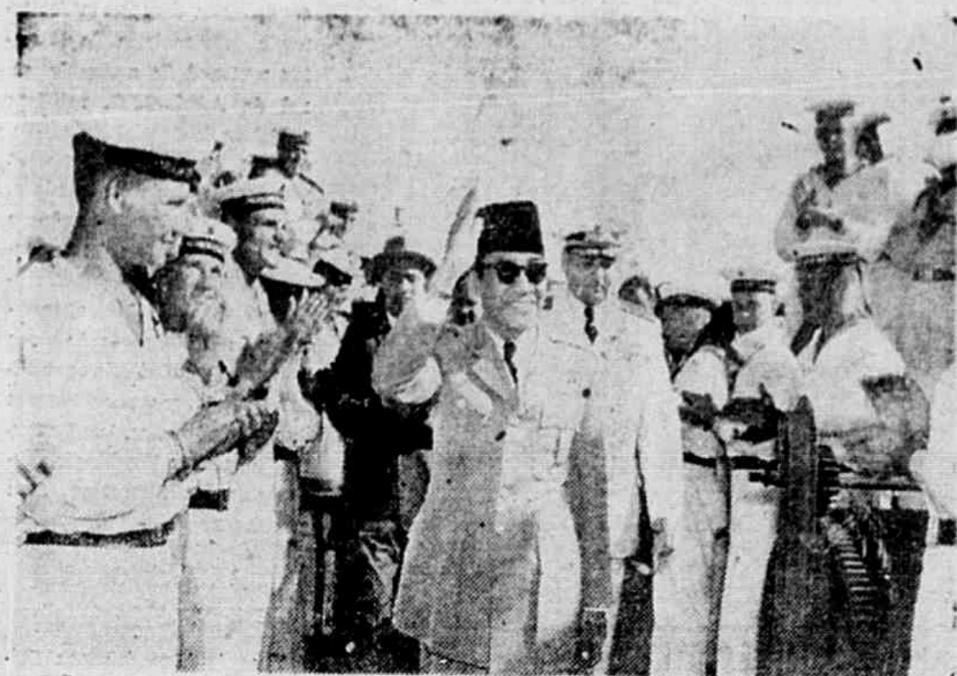
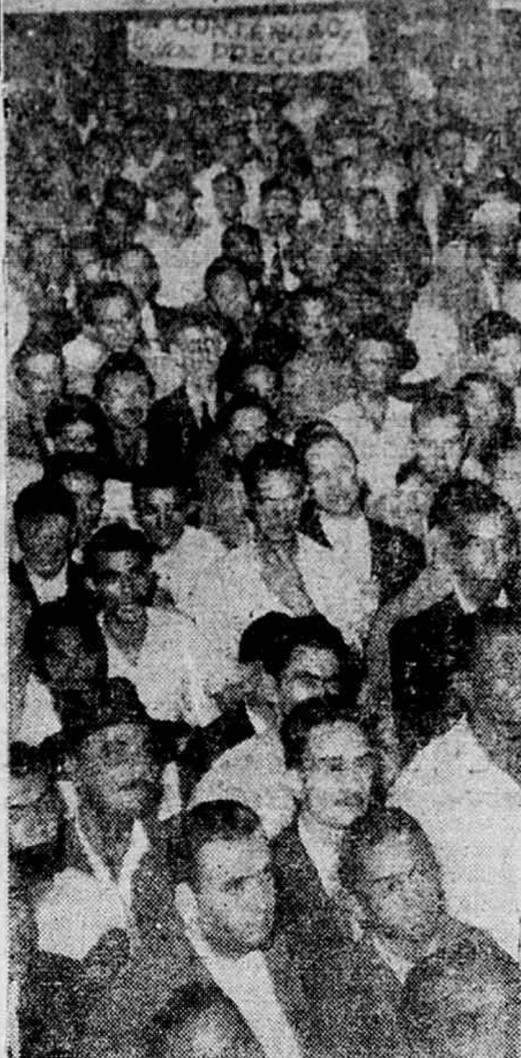


MANIFESTAÇÃO POPULAR CONTRA A CARESTIA, NO RIO

TRABALHADORES, estudantes, donas de casa, convocados pela Comissão Permanente de Luta Contra a Carestia, realizaram um vibrante comício no dia 18, no centro do Rio, para exigir a contenção dos preços por 180 dias e medidas concretas do governo para deter a elevação do custo da vida. Líderes sindicais do Rio e de São Paulo, dirigentes das organizações estudantis e femininas, falaram ao povo, conclamando-o a unir-se para lutar contra a carestia. Estiveram presentes à manifestação, entre outras personalidades, o reitor da Universidade do Brasil, prof. Pedro Calmon, prof. Hermes Lima, deputados Adauto Cardoso, Aurélio Viana, Rogé Ferreira e Aarão Steinbruch, vereadores Hélio Walcacer e Mourão Filho, do Distrito Federal. Os srs. Nelson Rustici e Edson Tenório representaram o Pacto de Unidade Intersindical de São Paulo.

No comício — realizado quando se comemorava o 10º aniversário da Constituição — o povo protestou contra as tentativas de garroteamento da imprensa e exigiu do governo o respeito às liberdades constitucionais. (NAS FOTOS dois aspectos da manifestação, na Esplanada do Castelo.)

APOIO à COMISSÃO PERMANENTE
COMÍCIO DIA 18 às 18 Hs.



Almed Sukarno, presidente da República da Indonésia (50 milhões de habitantes), faz uma prolongada visita à União Soviética. Sukarno é um veterano lutador da independência de sua Pátria, parcialmente obtida em 1945, pois que uma parte do país, o Irian, ainda é ocupado por tropas holandesas. Na foto, o presidente da Indonésia, em visita a Bakú, é aclamado pelos marinheiros do cruzador "Mihail Kutuzov" que lhe ofereceram como lembrança da visita um espadim ricamente lavrado. (TASS)

AINDA AMEAÇADA A LIBERDADE DE IMPRENSA

(TEXTO NA TERCEIRA PÁGINA)

O Brasil e o Apêlo do Egito

O APELO do Egito ao Governo brasileiro para que apóie uma solução pacífica da questão de Suez dá redobrada ênfase às obrigações que tem nossa pátria no plano internacional. Não foi aduzido qualquer novo elemento ao fundo do problema, mas entraram oficialmente na ordem do dia assuntos que exigem definição clara e peremptória. Quanto às camadas mais esclarecidas de nosso povo não há a menor dúvida que têm ponto de vista irremovível: elas condenam qualquer intervenção de um país em outro, repudiam a coerção econômica e a ameaça militar contra qualquer nação que seja. Resta, porém, mobilizar camadas sempre mais amplas para jugular a ameaça de guerra. Resta, igualmente, que o Governo e as forças democráticas de todo o país assumam com firmeza a cota de responsabilidade que lhes cabe e da qual não podem fugir.

A tese de que "os verdadeiros donos do Canal são os que utilizam", proclamada por Eden e Guy Mollet, seria invocada amanhã sobre o manganês do Amapá ou para defender empresas estrangeiras de qualquer tipo que fossem.

EM SUA recente mensagem ao povo norte-americano, publicada no "The New York Herald Tribune", o sr. Juscelino Kubitschek afirmou entre outras coisas que "neste momento se evidenciam certos fenômenos novos na opinião pública brasileira, entre eles o nacionalismo econômico" e que "indubitavelmente os governos não podem ignorar tendências desta categoria especialmente quando são a expressão da vontade popular". O presidente da República reafirmou, assim, a linha geral de seu discurso de 7 de setembro embora tanto neste, quanto naquela mensagem, possam ser apontados indícios de vacilação e perplexidade que vários fatos confirmam.

A INFLUÊNCIA cada vez mais ampla desses "fenômenos novos" decorre do amadurecimento de uma consciência nacional que vai forjando, no próprio calor da luta, a unidade de ação entre todas as classes e correntes políticas que propugnam pela emancipação política e econômica de nossa pátria.

NINGUÉM pode servir ao mesmo tempo a dois senhores: ao povo e ao imperialismo. Da mesma forma, não será possível levarmos a cabo uma política efetivamente nacional se agirmos exteriormente como aliados de nossos inimigos.

A EXIGÊNCIA de mudança da política externa nacional — questão de soberania — já obteve vitórias, como a da denúncia dos acordos atômicos, que, se não fossem consolidadas permaneceriam precárias e expostas a golpes desastrosos. O atendimento ao apêlo do Egito oferece ao Governo oportunidade de afirmar que não haverá recuo e ao povo demonstrar que não aceitará qualquer retrocesso.

PORQUE A AFL-CIO APÓIAM STEVENSON

(Na página 2)

A LUTA PELO CAMINHO ITALIANO PARA O SOCIALISMO

(NA PÁGINA CENTRAL A
CONCLUSÃO DO INFORME
DE TOGLIATTI AO C.C. DO
P.C.I.)

PRONUNCIA-SE O P.C. PORTUGUÊS SOBRE O XX CONGRESSO DO P.C.U.S.

(Na página 4)

Preço
Cr\$1,50



Em Oliver Springs, soldados da Guarda Nacional revistam elementos facistas que se insurgem contra as leis federais e tentam impedir que os escolares de cor frequentem a mesma escola que os brancos —

Por Que a A.F.L.-C.I.O. Apóiam Adlai Stevenson

—★—

RELAÇÕES ENTRE O CEILÃO E A U.R.S.S.



Uma delegação governamental do Ceilão se encontra na União Soviética, tratando do estabelecimento de relações entre os dois países. NA FOTO, o chefe da delegação governamental do Ceilão, Klodom Korea, cumprimenta o Presidente do Presidium do Soviet Supremo da URSS, K. Vorochilov (TASS).

—★—

O 2.500º Aniversário de Buda



Nos distritos da União Soviética em que vivem crentes da religião budista foi recentemente comemorado com uma solenidade religiosa o 2.500º aniversário de Buda. Esta realizou-se no mosteiro de Aginsk, região de Tachitá, o qual foi construído há dois séculos. O superior do mosteiro Godja Bazar, fez uma exortação, em nome dos budistas do Transbaikal, aos seus irmãos de fé da Índia, Birmânia, Ceilão, China, Japão, Coreia, Mongólia, Tailândia e outros países a estreitar mais os seus laços espirituais e orar pela paz e a prosperidade de todos os povos da terra (PRESS FOTO-AGÊNCIA).

Esperase que em consequência da decisão tomada pelo Comitê Executivo da A.F.L.-C.I.O. de apoiar a candidatura Stevenson-Kefauver, atinja seu auge a campanha trabalhista. A decisão de apoiar a candidatura democrata foi tomada pela maioria de 17 votos contra 5. Se a direção geral da A.F.L.-C.I.O. ratificar a decisão do Comitê Executivo, o que se aguarda aconteça por uma maioria esmagadora, ter-se-á uma demonstração de que os 15 milhões de membros da A.F.L.-C.I.O. juntamente à grande parte do proletariado não pertencente às duas organizações sindicais quer alijar, de fato, os republicanos do poder, livrar-se da administração que em Washington representa os interesses dos grandes negócios.

AFASTADAS AS MANOBRAS

O apoio à candidatura Stevenson-Kefauver também dará maior ênfase à influência exercida pelo movimento operário sobre os candidatos apontados pelos democratas e sobre as questões que serão levantadas durante a campanha. É certo que nunca houve dúvida a respeito da posição agora assumida em relação à escolha entre as candidaturas Eisenhower-Nixon e Stevenson-Kefauver. Mas a verdade é que os membros do Conselho da A.F.L.-C.I.O. com tendência republicana e a apoiar El-

A POSIÇÃO DAS FORÇAS DO TRABALHO, ENTRETANTO, NÃO REPRESENTA UMA JUNÇÃO DO MOVIMENTO OPERÁRIO COM O PARTIDO DEMOCRATA — CONTRA A CHAPA DOS «GRANDES NEGÓCIOS»

senhower fizeram muitas manobras para evitar um apoio formal à candidatura democrata. Dadas as circunstâncias, poucos podem, entretanto, fazer diretamente pela candidatura Eisenhower.

Os líderes dos antigos sindicatos filiados à C.I.O., unânimes no apoio a Stevenson e Kefauver, e homens como David Dubinsky e Al Hayes, líderes dos sindicatos dos vestuários e dos maquinistas, filiados à A.F.L., gozam de influência política relativamente mais forte nas suas corporações, porque estão de acordo com a maioria dos operários que tradicionalmente desprezam os republicanos como «o partido dos grandes negócios» e também pela sua atitude favorável a uma ação política mais intensa dos trabalhadores, como partidários do «New Deal».

O NEUTRALISMO: UM OBSTÁCULO

O estado de espírito favorável ao neutralismo das forças do trabalho, habilmente explorado pelo Secretário do Trabalho, James Mitchell, de certo modo, constitui um obstáculo aos esforços no sentido de levantar do chão uma campanha política trabalhista. Muitos elementos do movimento operário, no entanto, começaram a compreender o

efeito que tal posição busca obter. Esta só iria beneficiar a candidatura de Eisenhower. E pelo contrário, o apoio aberto a Stevenson-Kefauver por parte das forças do trabalho, além de estimular o sentimento de confiança numa vitória democrática aguçará ainda mais a campanha contra a candidatura Eisenhower-Nixon como a chapa dos «grandes negócios».

Ao apoiar a candidatura Stevenson-Kefauver, os líderes da A.F.L.-C.I.O. fizeram enfáticas declarações que se revestem de real importância. Estas são as de que a sua resolução não significa, de forma algu-

ma, uma «junção» do movimento operário com o Partido Democrata. E isso pode dar novo impulso à construção de uma máquina política independente, pelo movimento operário e seus amigos, o que já foi amplamente realizado pelos sindicatos de Michigan.



BULGÂNIN FALE SOBRE SUEZ

A União Soviética está pronta a participar de uma conferência das quatro grandes potências, com a participação do Egito e da Índia, com o fim de encontrar uma solução pacífica para a questão de Suez.

Esta declaração foi feita pelo premier da URSS, Bulgânin, em entrevista a Kingsbury Smith, do DNS.

Bulgânin acrescentou, ain-

da, que a proposta de Nasser, de revisão da Convenção de 1888, de modo a regular e assegurar a navegação internacional em Suez, abre a perspectiva para uma solução pacífica, que poderia ser encontrada em uma ampla conferência internacional.

Bulgânin declarou, por fim, que Genebra — caso concordasse o governo suíço — seria uma boa sede da conferência.



crônica internacional

A "Companhia dos Usuários", e Os Planos de Agressão ao Egito

Quando, ao regresso da Missão Menzies, a Grã-Bretanha e a França expediram uma nota insistindo na internacionalização do canal (o que, para aqueles países implica na própria dominação daquela via e não no direito de usá-lo, que não foi contestado) tornou-se claro que as ameaças de recurso à força haviam ganhado novo impulso. Ao assinalarmos isso ainda não era conhecida a fórmula pela qual, as grandes potências imperialistas procuravam concretizar um *casus belli* que lhes servisse para por em movimento a máquina de guerra acumulada contra o Egito. Hoje ela é conhecida. Chama-se Companhia dos Usuários do Canal de Suez, eufemismo que encobre a mesma Companhia Universal do Canal de Suez que, sob novo nome, realiza a chamada de novos sócios. A nova companhia propõe-se a fornecer pilotos para a travessia do Canal e a arrecadar as taxas correspondentes, a pretexto de que o Canal pertence de fato aos que o utilizam. Temos, assim, a agressão sob a forma de sociedade anônima. Procura-se alienar um trecho do território egípcio e já se acusa previamente de agressor o governo que, em cumprimento de suas obrigações nacionais mais comecinhãs, recusa-se a aceitar tamanha espoliação. Há um dispositivo de agressão armado, e um esquema para pô-lo em funcionamento. Isso, entretanto, nem é tudo, nem é decisivo.

O próprio fato de a Grã-Bretanha e a França buscarem roupagens pseudo-jurídicas para seus planos colonialistas diz bem da superioridade com que conta a causa da manutenção da paz. O imperialismo que prepara a agressão, tudo faz, no mesmo tempo, para forçar o Governo egípcio a iniciar medidas militares. Eden e Mollet pretendem desencadear a guerra, a título de garantir a segurança do comércio mundial e da navegação, tal o peso que exerce a opinião pública.

Os Estados Unidos ocupam, no momento, uma posição especial. Têm interesse em sufocar o desenvolvimento do Egito, em ganhar posições no Oriente Próximo e no Médio, em deslocar seus parceiros e rivais britânicos e franceses dos postos que ainda ocupam, enfim, em pôr em execução seus planos de domínio político e econômico. Mas, por outro lado, a nacionalização de Suez não atinge profundamente o imperialismo norte-americano que, entretanto, viria diretamente em risco a sorte de suas companhias petrolíferas no Oriente Médio no caso de guerra local ou generalizada.

Esse jogo de interesses explica, em parte, a contradição do Departamento de Estado que ainda não se definiu com clareza, e

que, ao mesmo tempo em que ingressa na Companhia dos Usuários, continua a recusar a via de uma solução militar.

A crise, embora tenha chegado ao ponto mais crítico desde sua eclosão, não atingiu ainda todos os seus contornos. Faltam para isso elementos essenciais como o de saber a receptividade da nova Companhia pirata (assunto para cujo debate foi convocada nova reunião dos 18 em Londres) e quais as medidas assentadas quando o Egito barrar a rota dos comboios «usuários». Teremos então que ver definida claramente a questão: forçar a passagem ou aceitar a decisão egípcia, que já se conhece.

Nesse instante é fundamental que haja um órgão qualquer capacitado a intervir, propiciando negociações. No estado atual da questão, (depois da Conferência de Londres, do fracasso da Missão Menzies e da formação da Companhia dos Usuários) o Conselho de Segurança é a instância mais indicada, em vista da iminente ameaça de agressão e da inexistência de condições imediatas para uma negociação produtiva fora da ONU. É justa, portanto, a apresentação do caso ao Conselho de Segurança, como vem de fazer a chancelaria egípcia. A prática dos últimos anos tem demonstrado que nos casos agudos o Conselho de Segurança não tem muitas vezes possibilidades de dirimir as divergências, fazendo-se necessárias gestões paralelas. Mas ele permanece o único órgão capacitado a ordenar às partes que não lancem mão das armas, ou a ordenar o cessar fogo. Sua função torna-se, pois, essencial agora, embora a colocação da queixa egípcia na ordem do dia dependa do própria evolução do caso.

A convocação de uma ampla conferência pelo Egito, rechaçada embora pela Grã-Bretanha, ainda poderá concretizar-se, adiante, num sentido que favoreça solução pacífica. Países como a URSS, a Índia, a Iugoslávia e outros ainda estão longe de ter lançado todos os recursos de que dispõem para evitar um conflito de proporções imprevisíveis, mas que nada tem de inevitável.

Não se trata de procurar transformar cegamente o perigo de guerra em ameno prenúncio de paz. A ameaça existe e o desespero imperialista pode levar-nos ao pior. Mas a guerra continua improvável pois cresce a mobilização mundial contra ela em todos os países. Cabe-nos, também aqui, levar todos os patriotas a posições justas, objetivando uma resposta anti-colonialista de nosso governo à anunciada consulta do Egito.

Ainda Ameaçada a Liberdade de Imprensa

EM «COMPASSO DE ESPERA» A ELABORAÇÃO DA LEI-ROLHA — TENTATIVAS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA PARA DESARMAR RESISTÊNCIAS — CONTINUAR OS PROTESTOS CONTRA AS RESTRIÇÕES A LIBERDADE DE OPINIÃO

Não desistiram as forças do governo interessadas em sufocar a livre manifestação do pensamento de seu propósito de impingir à nação uma lei-rolha contra a imprensa e o rádio. No gabinete do sr. Nereu Ramos, ministro da Justiça, prosseguem os estudos para a elaboração de um projeto a ser apresentado ao parlamento, com esta finalidade.

É necessário ver, entretanto, que os inimigos da liberdade de imprensa já não têm as mãos livres para agir e proceder como desejam. A oposição que encontrou e en-

contra a pretensão de colocar jornais e rádios sob virtual censura e o arbítrio da polícia tem obrigado o sr. Nereu Ramos e seus parceiros a diversas manobras, inclusive a um certo compasso de espera. Verificou-se ser impossível a aprovação imediata e a toque de caixa, como se deseja, de uma lei de amordaçamento da imprensa. A repulsa ao projeto celerado foi tão extensa, tão unânime, que podia tornar-se uma verdadeira aventura para o governo que desejasse arrancá-lo do Parlamento e levá-lo à prática, pelo menos, nas con-

dições de acesa polémica política que inspiraram os atos arbitrários de violências contra jornais e revistas, e a pretensão de «reformatar» a atual lei de imprensa.

Quer isto dizer que a ofensiva liberticida tenha sido detida? Significa que estejam afastadas as ameaças contra a liberdade de imprensa e as demais liberdades?

A ofensiva continua, por outros meios e métodos. O projeto em elaboração no Ministério de Justiça, ao qual se procura dar a cobertura de líderes das bancadas partidárias é, pelo que se sabe, uma verdadeira armadilha onde se procura colher, sob os mais diversos pretextos, jornais e jornalistas que destoam dos interesses e propósitos dos detentores eventuais do poder. Sob a máscara de definir possibilidades pelo que se escreve e publica, pretende-se estabelecer intoleráveis discriminações ideológicas e políticas, cercear o direito de crítica às autoridades e atribuir à polícia o direito de apreender jornais e revistas quando julgue «de caráter subversivo». Assim teríamos a opinião, não o livre, como proclama o postulado constitucional, mas sujeita à permissão desta ou daquela autoridade, que sempre julgaria — é evidente — de acordo com seus pontos de vista facciosos.

A nova «técnica» para o amordaçamento da imprensa torna-se tanto mais perigosa quanto se procura desarmar resistências com a alegação de que é necessário «responsabilizar» certos jornais especializados na intriga e na calúnia e apresentar o projeto em elaboração como o resultado de «entendimentos» entre líderes de bancadas partidárias. É sobre isto, justamente, que devem estar alerta todos os democratas, não amainando, de nenhum modo, os protestos contra qualquer medida que altere a atual lei de imprensa visando a restringir o direito de livre opinião e de crítica.

Semana Política

O governo tomou a iniciativa de comemorar, no Catete, o 10º aniversário da Constituição. Quis assim, o sr. Juscelino Kubitschek, reiterar compromissos de sua campanha eleitoral de que no seu governo respeitaria e fariam respeitar a Lei básica da República. Foi isto, aliás, o que declarou, em essência, no discurso que pronunciou na ocasião.

Enquanto isto os principais líderes da UDN recusavam seu voto a uma proposta para que o Congresso comemorasse solenemente o aniversário da Carta de 1946. Líderes udenistas tentaram depois justificar a atitude estranha, mas não puderam ocultar a posição, de muitos deles, em favor das «soluções extra-legais» que vinham pregando desde antes das eleições de 3 de outubro.

Mas quer isto dizer que tenhamos uma demarcação claramente definida — de um lado o governo, disposto a cumprir a Constituição e, de outro lado, uma ala da oposição que procura caminho e soluções extra-constitucionais?

A questão não é assim tão simples. Na realidade, dentro e fora do governo há círculos que procuram liquidar as conquistas democráticas e utilizar a Constituição, não na parte em que expressa direitos e franquias dos cidadãos, mas unicamente como expressão do poder das atuais classes dominantes.

O sr. Kubitschek mesmo, apesar de suas declarações de amor à Carta Magna, tem-se vergado às pressões dos setores mais reacionários de seu governo, violando, mais de uma vez, franquias constitucionais (Fechamento da Liga de Emancipação, fechamento de revistas, apreensão de jornais, etc.). Reconhecemos que isto não se transformou, ainda, em norma de seu governo. Mas, desde que se violam, uma e mais vezes, os direitos do povo, já não se pode invocar fidelidade às normas constitucionais. Perde-se o direito de invocar a Constituição como proteção do poder e da autoridade, quando se desconhece a Constituição como proteção dos direitos dos cidadãos.

E' assim que o governo abre o flanco às intrigas liberticidas dos que procuram desesperadamente retornar ao poder através de soluções «extra-constitucionais» ou de cambalachos que, afastando do governo os setores mais inclinados a uma aproximação com o povo, resultem na liquidação de liberdades e direitos democráticos.

Mas, é evidente que as violações às franquias constitucionais, inspiradas pelos elementos mais reacionários do governo, debilitam, cada vez mais, a autoridade que o sr. Kubitschek invoca, invocando a Constituição e o sufrágio popular. Ou o sr. Kubitschek e os elementos de seu governo que desejam aproximar-se do povo resistem às pressões reacionárias e impõem o efetivo respeito aos direitos dos cidadãos, ou ficarão à mercê de grupos liberticidas que atuam com sentimentos revanchistas. Ao povo, às forças populares cabe defender cada uma das liberdades e cada uma das conquistas populares, fazendo que esses mesmos setores governamentais sintam claramente que, respeitando as franquias democráticas e as liberdades, defendem, também, seus interesses políticos.

PRATICAR A CONSTITUIÇÃO É RESPEITAR AS LIBERDADES

AS COMEMORAÇÕES DO 10º ANIVERSÁRIO DA CARTA DE 1946

O governo comemorou o 10º aniversário da Constituição realizando uma solenidade, no Palácio do Catete, à qual compareceram os ministros de Estado, a mesa da Câmara e do Senado, autoridades do Poder Judiciário, além de grande número de parlamentares. As sessões do dia 18 na Câmara e no Senado foram também dedicadas ao aniversário da Constituição.

SOLENIIDADE NO CATETE

Por ocasião da solenidade realizada no Catete, o sr. Juscelino Kubitschek pronunciou longo discurso, no qual afirmou ser desejo de seu governo respeitar e fazer respeitada a Constituição. «Não se aperfeiçoa o funcionamento dinâmico da democracia — afirmou — com a implantação estática de uma ditadura ou de um regime

de exceção». Acrescentou que não deseja nenhuma hipertrofia do poder presidencial, nem também renúncia aos poderes de Chefe de Estado de que está investido pela Constituição.

NO SENADO E NA CÂMARA

No Senado, falaram todos os líderes de bancada, destacando-se os discursos pronunciados pelos srs. Kerginaldo Cavalcanti e Domingos Velasco, alertando para a necessidade de uma defesa contínua e vigilante das liberdades democráticas.

Vários líderes de bancada falaram, também, na sessão da Câmara dos Deputados. O sr. Milton de Campos chamou a atenção para diversos postulados constitucionais que não foram até agora respeitados, entre eles o que determina que nenhum cidadão pode ser preso sem que a polícia faça imediatamente a devida comunicação ao juiz competente, que deverá decidir de imediato sobre a procedência ou improcedência da medida. O sr. Milton Campos fez ainda ponderações sobre os diversos meios de burlar e violar a Constituição, entre eles a própria reforma constitucional quando conduz a restrições das liberdades e franquias dos cidadãos ou a limitações da soberania popular.

PRATICAR A CONSTITUIÇÃO É RESPEITAR AS LIBERDADES

Aparentemente, partidos e governo foram unânimes em jurar fidelidade aos princípios constitucionais. Mas trata-se de assegurar, antes de tudo, a vigência e aplicação daquilo que é fundamental numa Constituição — os direitos e conquistas populares, as liberdades dos cidadãos e tudo o que assegura o exercício da soberania popular. Pelo respeito a esses direitos é que luta o povo no 10º aniversário da Constituição, a qual, até agora, tem sido aplicada unilateralmente, na maioria das vezes à base de odiosas discriminações de ordem política e ideológica que ferem frontalmente o próprio postulado constitucional de que «todos são iguais perante a lei».

KRUSCHIOV NA IUGOSLÁVIA

N. S. Kruschiov, 1º secretário do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética, chegou a Belgrado no dia 18, em viagem de férias. Segundo anunciou um porta-voz da União dos Comunistas da Iugoslávia, o destacado dirigente do PCUS foi àquele país a fim de passar uns dias de repouso numa praia do Adriático.

Rejeitam os Armadores Tôdas As Propostas Conciliatórias

A INTRANSIGÊNCIA DAS EMPRESAS DE NAVEGAÇÃO E O FACCIOSISMO DA COMISSÃO DE MARINHA MERCANTE — DEFENDER O DIREITO DOS MARÍTIMOS DE LUTAR POR SUAS REIVINDICAÇÕES

Os armadores recusaram-se, definitivamente, a promover a equiparação dos salários dos marítimos das empresas particulares aos percebidos pelo pessoal do Loide e da Costeira. Ainda mais: demonstrando a maior indiferença pelas necessidades de seus empregados, os armadores rejeitaram, ainda, propostas conciliatórias apresentadas pela Federação dos Marítimos e pelo próprio Departamento Nacional do Trabalho.

A Federação dos Marítimos havia apresentado a sugestão de que a renda obtida com o aumento dos fretes, que excedesse de 25%, fosse recolhida ao Banco do Brasil e distribuída, proporcionalmente à atual escala de salários e funções, entre os trabalhadores. Por sua vez, o D.N.T. propôs fosse concedido um aumento de 20% ao pessoal de cabotagem, de 15% ao pessoal

de rebocadores e dragas e de 10% aos das «Frotas» (grupo Carreteiro).

Assim, os armadores demonstram não desejar de nenhum modo atender à justa pretensão dos marítimos das empresas particulares que percebem salários gritantemente inadequados à qualidade do trabalho que executam e ao custo de vida atual. Basta dizer-se que um comandante de navio, nas empresas particulares, está ganhando quase o mesmo que um marinheiro do Loide ou da Costeira.

Responsabilidades

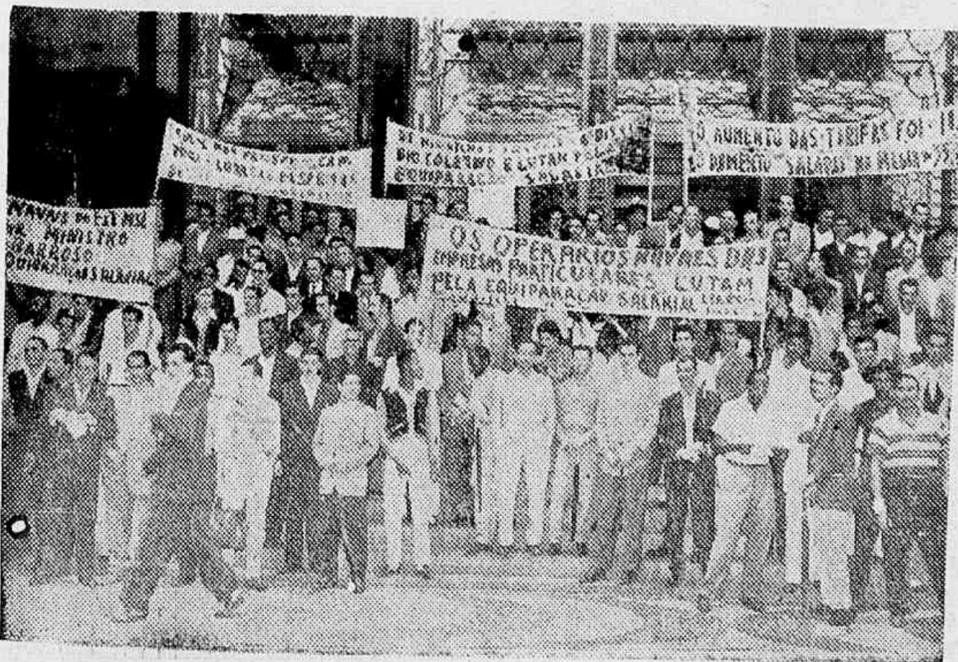
Diante disto, os sindicatos marítimos (16 já apoiaram esta decisão) resolveram manter a palavra de ordem de greve nacional, sempre com a disposição de negociar um acordo em bases razoáveis.

Evidentemente, aos marítimos não cabe a responsabili-

dade pela adoção de métodos mais enérgicos de luta, e sim, exclusivamente, à intransigência com que os armadores pretendem defender altas margens de lucros.

Fato grave é a posição que tomou o presidente da Comissão de Marinha Mercante, almirante Aniceto Cruz Santos, pretendendo considerar «ilegal» a palavra-de-ordem de greve e ameaçando com requisitar a Marinha de Guerra para impedir que os marítimos utilizem o último recurso que lhes resta a fim de assegurarem um direito que lhes é garantido pela Constituição: o direito a um salário igual por igual trabalho.

A posição que adotam os marítimos é plenamente legal; ilegal, de fato, é a posição do presidente da Comissão de Marinha Mercante, investindo contra direitos líquidos dos marítimos. É necessário que todos os trabalhadores, unidos, defendam concretamente o direito de os marítimos lutarem, pelos meios que se lhes afigurem mais adequados, para vencer a achincalhante intransigência dos armadores.



OS MARÍTIMOS realizam, em frente ao Ministério do Trabalho (foto ao alto) uma concentração, exigindo a equiparação. O sr. Mamede Caetano Teixeira declarou, na ocasião, que os trabalhadores iriam à greve em defesa dessa reivindicação.

RIO, 22/9/1956

VOZ OPERÁRIA

PÁGINA 3

Em Fevereiro de 1957 a Convenção Nacional Do Partido Comunista dos Estados Unidos

O Comité Nacional do Partido Comunista dos Estados Unidos marcou para os dias 9 a 12 de fevereiro, em que se comemoram os aniversários de nascimento de Abraham Lincoln e de Frederick Douglass, a realização de sua convenção nacional. Desde 1950 que o Partido Comunista dos Estados Unidos não realizou uma convenção desse tipo.

A Convenção Nacional do Partido Comunista dos Estados Unidos será realizada em New York e será precedida por vários meses de debates em todos os escalões do Partido e por convenções



EUGENE DENNIS, Secretário do Partido Comunista dos E. U. U.

nos Estados Unidos em todo o país então.

As datas do nascimento de Lincoln e Douglass foram escolhidas para as reuniões da Convenção, com o objetivo de destacar a importância das lutas que hoje são desenvolvidas nos Estados Unidos em defesa dos direitos civis, lutas de que o Partido Comunista tem sido um pioneiro e que os comunistas continuam a travar nos postos de vanguarda.

No último Pleno Ampliado do Comité Nacional do Partido Comunista dos Estados Unidos decidiu-se elaborar um projeto de resolução que será publicado e que se destina a ser discutido em todo o Partido nos meses anteriores à Convenção. Para o preparo do projeto de resolução o Comité Nacional levou em conta debates travados durante os últimos três meses nas fileiras do Partido, em boletins especiais e no Daily Worker.

MÉTODOS DEMOCRÁTICOS

O projeto preliminar de resolução foi aprovado pelo Comité Nacional depois de três dias de debates. As questões controversas foram resolvidas por maioria de votos. A resolução foi depois encaminhada a uma comissão de redação que deve considerar os diferentes pontos de vista e as emendas apresentadas na reunião. Outra reunião do

TODO O PARTIDO DEBATERÁ O PROJETO DE RESOLUÇÃO EM ESTUDOS, PODENDO MODIFICÁ-LO OU REJEITÁ-LO — TEMAS EM DEBATE: AS ATUAIS CONDIÇÕES DO PAÍS, PERSPECTIVAS DA LUTA DO POVO CONTRA OS MONOPÓLIOS, CAMINHO AMERICANO PARA O SOCIALISMO, MODIFICAÇÕES NA ESTRUTURA E NA ATIVIDADE DO PARTIDO À LUZ DAS NOVAS CONDIÇÕES CRIADAS

Comité Nacional completará os trabalhos agora realizados, dando-se em seguida a resolução à publicidade. Ao ativo do Partido caberá finalmente aceitá-la no seu todo, modificá-la ou rejeitá-la.

Ao lado da resolução, o Comité Nacional do Partido Comunista dos Estados Unidos tornará públicas quaisquer divergências que possam ocorrer em relação ao Projeto de Resolução, cabendo aos membros do Partido decidirem sobre essas divergências e sobre todas as questões controversas.

OS TEMAS EM DEBATES

Sabe-se que o Projeto de Resolução incluirá capítulos relativos às atuais condições do país, às perspectivas para a luta do povo contra os monopólios, o caminho americano para o socialismo e pro-

porá modificações na atividade e na estrutura do Partido à luz das novas condições e de uma análise do funcionamento da organização durante os últimos anos.

A publicação do Projeto de Resolução será seguida das modificações propostas na estrutura do Partido e por informes especiais sobre as relações entre o Partido e o movimento operário e sobre a atividade do Partido na questão dos direitos da população negra.

Nos dias 29 e 30 de setembro próximo será realizada uma ampla reunião da qual participarão os Comitês Estaduais do Partido, com o fim de tratar especificamente da campanha eleitoral, dos problemas da imprensa marxista e dos preparativos da Convenção Nacional de 1957.



MAO TSE TUNG (à direita), e Liu Shao-chi na reunião comemorativa do XXXV aniversário do P.C. Chinês

REUNIDO O VIII CONGRESSO DO P. C. CHINÊS

REUNIDO em Pequim (instalou-se dia 15), o VII Congresso do Partido Comunista Chinês discutiu o projeto de diretrizes para o II Plano Quinquenal e os relatórios apresentados, em nome do Comité Central, por Chu En-lai, Liu Shao-chi e Teng Hsiao-ping, secretários do CC. Em seu relatório, Chu En-lai destacou o seguinte: 1) — os gastos com a defesa representarão apenas 20% das despesas do Estado no II PQ; 2) — às questões econômicas, culturais e educacionais corresponderão a 60-70% das despesas totais do Estado durante o Plano; 3) — a ajuda fraternal da União Soviética continuará desempenhando importante papel na execução do Plano; 4) — a utilização pacífica da energia atômica será um fator de grande importância na execução vitoriosa das tarefas do quinquênio, devendo-se corrigir as falhas do programa atômico chinês.

O II Plano Quinquenal — indicou, ainda, Chu En-lai — conduzirá a um aumento de aproximadamente 50%, em relação a 1957, da renda nacional e dos bens de consumo e de 25-30% nos salários industriais e dos trabalhadores agrícolas.

Na sessão do dia 17 apresentou seu informe Teng Hsiao-ping. «O prestígio, a influência e a experiência dos chefes — disse, referindo-se à questão do culto à personalidade — tem sido extremamente preciosos para o Partido e o povo. Mas o chefe de um partido da classe operária é aquele que se encontra no meio da massa e do partido e não acima deles. Prezar e ajudar os chefes não significa torná-los objetos de adoração».

Na sessão de 17 falou o chefe da delegação do PCUS, A. I. Mjokian.

PRONUNCIA-SE O P.C. PORTUGUÊS SOBRE O XX CONGRESSO DO PCUS

AS CONSEQUÊNCIAS DO CULTO A PERSONALIDADE E DA VIOLAÇÃO DAS NORMAS LENINISTAS NO P.C. PORTUGUÊS — A BUSCA DO CAMINHO DE PORTUGAL PARA O SOCIALISMO — NOTA DA COMISSÃO POLITICA DO C.C. DO PARTIDO

CARTA DE PROTESTO DO PARTIDO COMUNISTA BRITÂNICO

O Comité Executivo do Partido Comunista da Grã-Bretanha publicou uma carta de protesto contra a interdição do Partido Comunista da Alemanha. A embaixada da República Federal Alemã em Londres acusou o recebimento da carta das mãos de uma delegação do Partido Comunista da Grã-Bretanha. Na carta se recorda que o primeiro ato do regime hitlerista foi a interdição do Partido Comunista da Alemanha, "que constituiu o prelúdio da liquidação de todas as organizações políticas democráticas e da liberdade" e depois levou ao desencadeamento da segunda guerra mundial pela Alemanha hitlerista.

Diz em seguida o documento: "É claro que, em tais condições, a interdição do Partido Comunista da Alemanha somente pode ser encarado como parte inseparável do processo de ressurgimento do militarismo nazista e da tirania, representando uma ameaça à paz e a todos os povos da Europa". O Partido Comunista Britânico exige a revogação do fechamento do P.C.A.

A COMISSÃO Política do C.C. do Partido Comunista Português divulgou uma nota "sobre a importância e o significado do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética", datada de julho de 1956 e publicada no "Avante", órgão do Partido. A nota "salienta aos comunistas e ao povo português a importância dos históricos trabalhos e decisões do XX Congresso do P.C.U.S., trabalhos e decisões que marcam uma nova etapa no desenvolvimento criador do marxismo-leninismo e, são, por isso mesmo, de grande importância e ricos de ensinamentos para os comunistas de todos os países, para o movimento operário internacional e para os povos de todos os países do mundo."

A nota faz um breve resumo das principais teses desenvolvidas nos informes e discursos do Congresso e da Declaração do C.C. do P.C.U.S. sobre o culto à personalidade de Stálin. A divulgação desses documentos em Portugal não foi permitida pela ditadura salazarista, cujos órgãos de propaganda, deturpando completamente a denúncia dos erros de Stálin, lançaram-se numa torpe campanha de provocações contra a U.R.S.S. e o movimento comunista.

"No nosso Partido — diz o documento da Comissão Política do C.C. — influenciado pelo culto à personalidade, também foram violadas as normas leninistas do trabalho de direção coletiva e prevaleceram formas dogmáticas na atividade dirigente do Partido. Dando-se conta desta realidade, o Partido começou, mesmo antes da VI Reunião Ampliada, a tomar medidas no sentido de estabelecer a direção coletiva e combater o dogmatismo. A experiência trazida pelo XX Congresso representa um grande incentivo para prosseguirmos por esse caminho."

405 CAMINHOS PARA O SOCIALISMO

"Reintegrando-se nos métodos leninistas de trabalho — prossegue a nota — o XX Congresso do P.C.U.S. formulou algumas teses contra o dogmatismo no movimento operário e abriu, assim, novas perspectivas à marcha dos povos para o socialismo. O Congresso evidenciou que cada povo saberá encontrar as formas que lhe são mais próprias para chegar ao socialismo, que não há um só caminho para chegar ao socialismo. A Revolução não se exporta, ao contrário do que caluniosamente propalam os inimigos da União Soviética e dos trabalhadores."

"Destá forma, a classe operária e os comunistas saberão tomar em conta os fatores próprios de cada povo e de cada país, suas tradições revolucionárias, integrarem-se nessas tradições e terem em devida conta esses fatores. Vencendo o dogmatismo e as idéias-chapa no movimento revolucionário de cada país, rechassando as

fórmulas feitas e vazias de conteúdo marxista-leninista abrem-se desta forma novas perspectivas no caminho nacional de cada Partido e de cada povo para o socialismo. Assim, cada povo fomentará e desenvolverá todas as suas possibilidades nacionais e trará, desta forma, para o movimento operário internacional, a sua cota parte, aquilo que lhe é verdadeiramente familiar, que representa a sua contribuição para os tesouros do marxismo-leninismo."

A BUSCA DO CAMINHO PORTUGUÊS

"O dogmatismo tem dificultado ao nosso Partido enraizar profundamente, como era seu dever, a sua própria ação revolucionária nas tradições revolucionárias e progressistas do povo português e naquilo que é verdadeiramente peculiar à nação portuguesa. Isto explica porque razão nós, comunistas portugueses, temos tido por vezes a preocupação de decalcar mecanicamente certas idéias já formuladas e generalizadas internacionalmente e não temos sabido integrar-nos e continuar, na nossa época, as tradições tão revolucionárias do nosso povo no passado, valorizar e restituir ao nosso povo as figuras nacionais mais representativas, permitindo que elas sejam amesquinçadas, deturpadas ou ocultadas ao nosso povo pela camarilha governante. Da mesma forma nós, comunistas portugueses, não temos estudado, com o carinho que nos devem merecer, a história das lutas da classe operária portuguesa no passado e a história do nosso próprio Partido, no decorrer de seus 35 anos de existência e de luta."

"O caráter vincadamente nacional do nosso Partido, que é o Partido da maioria esmagadora do povo português (as classes trabalhadoras) e o fato de sermos os mais acéssos defensores da soberania e da independência nacional, tem sido por nós mesmos subestimado ante as campanhas caluniosas dos nossos inimigos, que nos apresentam como um Partido estrangeiro ou ao serviço do estrangeiro pelo fato de nos guiarmos na nossa luta pelas idéias de Marx, Engels e Lênin e de termos em conta, em nossa ação revolucionária, a experiência adquirida pelos Partidos Comunistas irmãos e de todo o movimento operário internacional."

"Ligados ao movimento operário internacional pelos laços sólidos do internacionalismo proletário e pela solidariedade da classe operária, nós comunistas portugueses, rechassamos enérgicamente toda e qualquer interferência de outras nações ou governos na vida interna portuguesa, queremos e lutamos ardentemente para que Portugal seja de todos os portugueses e governado por todos os portugueses. É ao nosso povo e somente ao nosso povo que cabe decidir do seu próprio destino!"

Onda de Furor Racial Contra A Infância Das Escolas

Sete Estados do Sul promulgaram leis e regulamentos destinados a anular a legislação federal contra a discriminação - Eisenhower faz a política da «omissão e conivência»

Os tumultos racistas que abalam os Estados Unidos indignam a opinião pública de-

mocrática do continente. Todas as pessoas que prezam a dignidade humana acham que já é tempo de terminar com esse espetáculo vergonhoso.

Na verdade, há mais de duas semanas que o Estado do Tennessee se encontra em pé de guerra. E frequentes escaramuças ocorrem entre as forças que zelam pela observância da lei e os racistas que se opõem às leis federais. Patrulhando as ruas de Sliton, onde ocorreu o maior número de incidentes, conseguiram as tropas fazer com que nove das doze crianças negras autorizadas a frequentar aulas junto com os

brancos não sofressem as represálias da multidão enfurecida.

VISAM ANULAR AS LEIS FEDERAIS

Se os racistas tivessem ganho a parada, mediante o terror por eles desencadeado, os doze estudantes de cor teriam que continuar a fazer um percurso de 25 milhas para chegarem a Knoxville, a fim de frequentar a escola «negra». A questão entretanto, não reduz a problemas de distância. O que os arruaceiros racistas visavam era à anulação das leis federais. E tanto isto é verdade que votaram seu ódio tam-

bém contra os soldados, ofendendo-os com os apelidos, que os rivistas usam para designar os cidadãos brancos que a eles se opõem.

PIQUETES DE DEFESA

Antes, porém, que a guarda nacional aparecesse, um grupo de quarenta cidadãos, organizados em um «piquete de defesa» e dirigidos por Leo Grant, procurador de Oak Ridge, conseguiram dominar a multidão. Isto é sem dúvida, algo de novo que surge em meio ao drama da segregação: cidadãos brancos do sul se opõem a uma multidão racista, cheia de ódio, em defesa das leis da nação a que uma cidade não pode fugir ao cumprimento por estar localizada no sul do país.

A guarda nacional foi enviada pelo governador Frank G. Clements, do Estado do Tennessee. Quando se considera que a cidade de Cliton possui quatro mil habitantes e nas manifestações racistas havia duas mil pessoas, chega-se facilmente à compreensão de que os distúrbios foram cuidadosamente preparados.

Com efeito, um certo John Casper, de New Jersey, líder do chamado Conselho dos Cidadãos Brancos, invadirá Cliton uma semana antes da abertura das aulas, com o objetivo de insultar e desordenar racistas. Casper foi preso sob acusação de violar as leis federais. Substituiu-o na inglória tarefa o indivíduo de nome Asa Carter, procedente de Birmingham. Carter esteve à frente dos distúrbios, mas conseguiu escapar à prisão. Sendo um profissional do racismo, ficou conhecido devido à luta travada na Universidade de Alabama para expulsar a primeira estudante negra ali matricula-

da Atherine Lucp. A ala anti-semita do Conselho dos Cidadãos Brancos, sob a liderança de Carter, tudo faz para impedir a execução das leis contra a discriminação racial promulgadas pela Suprema Corte dos Estados Unidos.

QUERIAM «UM CADAVER DE NEGRO»

Casos de violência racista vêm se generalizando no sul do país. Em Oliver Springs, Tennessee, perto de Cliton, uma multidão exaltada exigia «um cadáver de negro». Só a presença da guarda nacional pôde evitar os linchamentos que estavam na iminência de ocorrer. As ameaças se sucedem, levando a intranquilidade aos lares constituídos por pessoas de cor, já houve explosões de dinamite, lançada à noite contra casas habitadas por negros.

Por isso causaram mal estar aos cidadãos de formação democrática as declarações do Presidente Eisenhower em entrevista à imprensa de que não tinha conhecimento dos motins ocorridos no sul do país, assim como de que qualquer governador de Estado houvesse desafiado a Corte Suprema, burlando o cumprimento de suas resoluções. No entanto, todos os jornais noticiaram que o governador Allan Shivers, do Texa, havia dado ordem para a transferência de estudantes negros de Mansfield para Fort Worth, embora tivessem obtido autorização da mais alta instância judiciária do país para serem admitidos em Mansfield.

Nessa mesma entrevista Eisenhower declarou ser seu dever apoiar a Constituição de acordo com a interpretação que lhe dá a Corte Suprema, mas que deixaria aos

Estados a aplicação das leis contra a discriminação estabelecidas pela Corte Suprema. Eisenhower não mencionou a que estados se referia. No entanto sabe-se que Geórgia, Alabama, Mississippi, Virginia, Carolina do Norte, Carolina do Sul e Louisiana, promulgaram leis e regulamentos para anular, na prática, a legislação contra a discriminação racial. A esta posição de Eisenhower é que se chama de política de «omissão e conivência».

Em contraste com a atitude de Eisenhower, o candidato democrata à vice-presidência da República, senador Estes Kefauver, elogiou a posição assumida pelo governador do Tennessee, Frank G. Clements, que apoiou com o envio de tropas o prefeito W. E. Lewallen, de Cliton, o qual em defesa dos direitos constitucionais não cedeu aos racistas enfurecidos. Embora estas duas autoridades acreditem que a discriminação é um direito, procuram executar com energia as leis federais.



Carabinas e baionetas usadas da Guarda do Tennessee para conter os racistas que tentam linchar os jovens negros na cidade de Clinton. A Suprema Corte lhes deu o direito de estudar juntamente com os brancos, mas grupos de indivíduos desvairados pela fúria racial não querem reconhecer as leis.

Abrir Amplo Debate Sobre o Conteúdo de Nossos Jornais

UM AMPLO debate entre os amigos da imprensa popular, os democratas e o povo em geral sobre os jornais populares, sobre seu conteúdo e seu caráter, sobre as modificações e melhorias que devem neles ser introduzidas — eis algo de fundamental importância para o aceleramento da Campanha dos Vinte Milhões, em todo o país.

Existem muitos amigos nossos que não têm manifestado entusiasmo a propósito desta nova campanha de reaparelhamento da imprensa popular. Nisso sempre acontece quando se fala a esses amigos uma linguagem prática e imediatista, referindo-se apenas a compras de máquinas para os jornais.

Acontece que eles querem falar também, e principalmente, sobre a melhoria do conteúdo dos jornais, sobre a elevação de nossa imprensa ao nível dos históricos acontecimentos que vivemos nos planos internacional e nacional. Eles têm reservas sobre a estatura jornalística de nossa imprensa, gostariam de debater sua modernização e ampliação. E isso é um direito legítimo de todos nossos amigos, leitores, de todo o povo.

A discussão desse magno problema no seio da Campanha dos Vinte Milhões contribuirá em grande escala para dar-lhe um mais alto nível, para despertar a confiança de nossos leitores e

amigos e sua disposição em ajudar concretamente a melhoria de cada jornal popular, para intensificar o ritmo da atividade dos ajudistas e ativistas.

CONSTITUIU magnífico êxito o coquetel realizado na sede da Associação da Imprensa de Pernambuco, no Recife, lançando uma campanha financeira (Cr\$ 800.000,00) para o reaparelhamento da «Folha do Povo». Ao ato compareceram personalidades como os srs. Luiz Portela, deputado (PSD), Miguel Mendonça, prefeito de Barreiros, deputado Carlos Daniel Magalhães, diretor da «Folha da Manhã», jornalista Luiz Beltrão (presidente da A. I. P.), Mário Melo (vice-presidente da A. I. P.), Edson Regis (presidente do Sindicato dos Jornalistas), professor Antonio Baltar, vereador, além de representantes dos principais órgãos de imprensa da Capital.

O MANIFESTO de lançamento da campanha de Cr\$ 300.000,00 para o jornal «O Democrata», de Campo Grande, foi assinado pelos depu-

tados Rachid J. Mamede, presidente da Assembléia Legislativa matogrossense (PSD); Henrique Gomes da Silva (PSD), Clóvis Huguency (PSD), Hélio Correia da Costa (UDN), Alberto Monteiro (PSP), Rubens de Castro Pinto (UDN) e Antônio Mendes Canale (PSD).

OS DEPUTADOS Acioli Ramos (PR), Avelino Máximo Martins (UDN), Victor Paz (PSP), Américo Silva (PTB), Elias Pinto (PTB), Felis de Melo (PSD), Raimundo Marques Batista (PSD) e Armando Carneiro (PSD), da Assembléia do Paraná, são alguns dos signatários do manifesto da campanha pelo reequipamento da «Tribuna do Paraná».

OS ÚLTIMOS resultados do Estado de Minas Gerais são os seguintes: Grupo A - Cr\$ 178.890,00 (35%); Grupo B - Cr\$ 46.520,00 (22%); Gru-

po C - Cr\$ 26.962,00 (49%). Em Belo Horizonte: Grupo A - Cr\$ 579.730,00 (33,3%) e Grupo B - Cr\$ 19.830,00 (20,8%). Total geral: Cr\$ 851.832,00.

SANTA CATARINA terá um jornal popular, se vitoriosa a campanha ali lançada para arrecadar Cr\$ 200.000,00. Entre outras iniciativas, foi colocado um cofre na praça central de Florianópolis, onde o povo coloca contribuições. Naquele Estado a campanha é apoiada pelo presidente da Câmara Municipal da Capital, vereador Antônio Apóstolo, pelos vereadores Walter Cruz, Genésio Leocádio da Cunha, Júlio Paulino da Silva, Jupy Ullisêia e Osny Raul Lisboa.

AS COMISSÕES do Distrito Federal mais destacadas são as seguintes: Espartaco (71,3%), Leonidas Resende (67,9%), Zélia Magalhães (57,9%), Henrique Dias

(53,9%), Setembrinos (53,7%), Monteiro Lobato (45,6%), Visconde de Cayru (42,2%), Rebouças (42,3%) e Floriano Peixoto (40,9%).

Por outro lado, os clubes vanguardistas são: Felipe Camarão, Aristides Caire, Floriano Peixoto, Osmã de Oliveira, 21 de Abril, Corcovado, Revolução Praieira e 21 de Novembro.

NA DISPUTA entre o Distrito Federal e São Paulo, o primeiro arrecadou Cr\$ 2.298.053,00 e o segundo, Cr\$ 1.619.832,00.

ÚLTIMOS resultados dos Estados: Comissões cariocas, 2.298.053,00; paulistas, 1.619.832,00; marítimas, 200.000,00; fluminenses, 60.000,00; mineiras, 42.500,00; paranaenses, 19.990,00; diversas, 55.580,00; jovens, 20.000,00; e capixabas, 10.000,00.

DUAS OBRAS FUNDAMENTAIS DE MARX PUBLICADAS PELA VITÓRIA

«O XVIII Brumário» e «As Lutas de Classes na França (1848 a 1850)», duas obras capitais de Karl Marx, acabam de ser lançadas pela EDITORIAL VITÓRIA.

«O XVIII Brumário» e «As Lutas de Classes na França» são dois modelos insuperáveis de aplicação do materialismo histórico, onde Marx põe de relevo a dinâmica dos acontecimentos sociais na França desde 1830 até o golpe de Estado de Napoleão Bonaparte. Em ambas as obras, estudando um tema concreto, Marx oferece um modelo de como se analisar as estruturas econômicas e políticas de um determinado país num determinado período, de como se compreender as sucessivas posições das diversas classes sociais e de seus respectivos partidos no curso da luta política e social. As duas obras de Marx chamam particularmente a atenção para a necessidade de uma verdadeira compreensão dialética dos acontecimentos, sem simplificações esquemáticas de sua complexidade e encorajando-os sempre em seu processo de desenvolvimento. Assim é que, analisando a posição das classes e setores sociais e de seus partidos no curso da história política da França entre 1930 e o XVIII Brumário, Marx não somente expõe um quadro geral da estrutura econômica do país naquela época, mas também das transformações mais insignificantes que nelas se processavam, assim como das correspondentes transformações na consciência das diversas classes e camadas da sociedade.

O estudo do «XVIII Brumário» e das «Lutas de Classes na França» é indispensável a quem quer que deseje assimilar o materialismo histórico e ter uma visão de como se deve aplicá-lo para uma justa compreensão dos problemas concretos da vida política e social.

A LUTA PELO CAMINHO ITALIANO PARA O SOCIALISMO

A LUTA DA UNIÃO SOVIÉTICA PELA DEMOCRACIA, A LIBERDADE E A PAZ E CONTRA O FASCISMO

Hoje é fácil esquecer estas coisas e representar a realidade como se na União Soviética não houvesse assassínios, e tão logo de ra contínuo em adoração diante dos ídolos da democracia! Esta imagem nada tem a ver com a realidade. A União Soviética foi, nos seus primeiros dez anos da história da Europa, o baluarte mais forte, o defensor mais consequente dos princípios da democracia, da liberdade e da paz. E por isso que reuniu em torno de si, através de uma justa política, as grandes massas populares de todo o Ocidente. Hoje é fácil negar este fato, porque sempre é fácil dizer mentiras. Sabíamos, e todos sabiam muito bem, quais eram entre as intenções das classes dominantes do chamado Ocidente democrático europeu, e particularmente da França e também da Inglaterra. Entre elas, a ascendência havia sido tomada pelos que pretendiam, com a ajuda do fascismo, preparar o estrangulamento dos regimes democráticos e desencadear o ataque da barbárie fascista contra o país do socialismo. Se não tivesse havido o pacto de não-agressão entre a União Soviética e a Alemanha, a única perspectiva que, com toda probabilidade, teria ficado aberta era a de um novo compromisso entre as grandes potências ocidentais e a Alemanha fascista, às expensas, talvez, do povo polonês, mas com o principal objetivo de lançar Hitler ao ataque contra o país do socialismo e a destruição de todas as conquistas revolucionárias da classe operária. Se houve neste pacto aspectos que puderam, então, parecer negativos, eram devidos aqueles que repugnaram a política de unidade democrática e de defesa da paz, que a União Soviética, durante anos e anos, havia proclamado e defendido contra a resistência, as intrigas, as calúnias das democracias ocidentais, afora as do fascismo.

Que política seguimos então? Realizamos, segundo a inspiração que nos vinha dos comunistas soviéticos, uma grande política democrática, socialista e de paz. Este foi e continua a ser nosso principal mérito histórico, e não apenas, como se desejaria fazer crer, atualmente, o heroísmo, que ninguém pode negar, de nossos militantes na resistência e na guerra. Corrigimos, então, os erros de apreciação, os erros de estratégia e de tática que havíamos cometido no curso do período precedente, e notadamente às vésperas da tomada do poder na Alemanha colocamos como centro de nosso trabalho e de nossa luta a ação das massas operárias e trabalhadoras de toda a Europa para impedir o avanço do fascismo e o desencadear da segunda guerra mundial. A frente popular, que é moda hoje denegrir, foi a maior tentativa que se fez durante os últimos dezênios, para a partir de um novo curso à política democrática na Europa e, direi, em todo o mundo, para evitar que o fascismo tivesse de ser liquidado através dos horrores de uma nova guerra. A falência desta tentativa foi a premissa da queda da democracia, e a premissa do esforço desesperado dos fascistas para se apossarem de todo o mundo através das armas e de sua barbárie.

OS GRANDES E SÉRIOS DEBATES QUE SE TRAVARAM NA INTERNACIONAL COMUNISTA

Não recordo estes fatos, atualmente, para destacar méritos particulares de nosso Partido ou de seus dirigentes na elaboração e realização desta política. Evoco-os, pelo contrário, para recordar o papel que desempenharam a União Soviética e o PCUS ao inspirar esta grande política democrática a todos os comunistas e à classe operária de toda a Europa. E verdade que isto se verificava quando na União Soviética — dizem-nos agora — desatava-se uma onda de ações ilegais, de violências, de violações da legalidade revolucionária mesmo contra dirigentes do Partido. Nós, não o podíamos saber nem imaginar. Nossa confiança e nossa solidariedade atuante com o Partido Comunista da União Soviética derivavam, precisamente, do fato de desenvolvermos esta grande política inspirados e guiados por este Partido; por isto não podíamos ter nenhuma dúvida sobre as formas de desenvolvimento e de realização da democracia na União Soviética. Não foi, justamente, nesses anos que se aprovou a Constituição soviética na qual não se encontravam mais essas limitações à democracia que existiam nas precedentes Constituições?

E foi nesse momento que o movimento comunista começou a ter uma autonomia própria de desenvolvimento, senão em todos os países, pelo menos em diversos países; preparavam-se então as condições que impuseram, posteriormente, a dissolução da Internacional Comunista. E' uma calúnia dizer que no seio da Internacional Comunista havia, apenas, um grupo que comandava e comunistas não russos que obedeciam. E necessário recordar estas coisas aos camaradas que, não as tendo vivido, não as conheciam. Na Internacional Comunista houve, durante anos e anos, grandes debates, a par, e verdade, com uma grande disciplina. Um grande debate realizou-se durante a liquidação dos grupos trotskistas e de direita, que negavam a própria possibilidade da construção de uma sociedade socialista. Sérios debates verificaram-se quando, entre 1928 e 1931, dominaram as apreciações e as orientações extremistas que achamos erradas. Um grande debate realizou-se antes do VII Congresso da Internacional Comunista Cometeram-se erros, também. Houve incompreensões recíprocas. Possa recordar, por exemplo, que a apreciação feita no XVII Congresso do Partido bolchevique a respeito de nosso Partido no movimento comunista mundial, era uma apreciação profundamente errada, e mesmo má. Falava-se de nosso Partido como se ele não existisse, enquanto o nosso Partido vivia e combatia em condições totalmente diversas, nas quais nunca outro partido havia trabalhado e se desenvolvido. Mas esta apreciação foi liquidada e nela não se falou mais quando rebentou a guerra e nosso Partido começou a mostrar, abertamente, o que era e o que era capaz de fazer, à frente dos operários e do povo.

O DESENVOLVIMENTO AUTÔNOMO DE CADA PARTIDO COMUNISTA DURANTE E APÓS A GUERRA

A seguir, durante e após a guerra, particularmente em

onde os partidos comunistas tinham crescido como partidos com profundas raízes em seus respectivos países, a autonomia desses partidos tornou-se maior, podendo deixar esquecido o mesmo quando, nesse período, a União Soviética uma vez mais, inspirou decididamente a resistência e a luta contra a política que os imperialistas norte-americanos inauguraram dois anos após o fim da guerra, para tentar impor ao mundo inteiro sua dominação.

O mais importante, entretanto, é que neste período o movimento comunista se desenvolveu com grande autonomia. E os partidos que souberam trabalhar sozinho e bem foram avançar em seu caminho.

Vi que numa reunião de célula um camarada declarou ter ficado chocado quando leu que, desde 1947, não discutimos mais nossas questões políticas e nosso trabalho numa assembleia internacional. Mas é a pura verdade. E, certo, além disso, que os camaradas que tivessem acompanhado com certa penetração o desenvolvimento de nossa política e de nossa ação, em todos os domínios, deveriam ter percebido que era assim e que era preciso fosse assim, porque os desenvolvimentos de nossa política e de nossa ação não poderiam ser ditados de fora, nem de fora poderia ser exercido qualquer controle sobre nós. Crescemos e nos afirmamos como comunistas italianos cuja conduta política era ditada pelas condições de nosso país e pelas necessidades vitais de nosso povo e por nada mais.

Quando se constituiu o Bureau de Informações, não nego que tivesse havido dúvidas, entre nós, assinalando que este ato era, em substância, contrário à linha de desenvolvimento do movimento comunista que fora indicada com a dissolução da Internacional Comunista. Mas sentíamos necessidade, nessa situação, de um restabelecimento de contactos entre os diferentes setores do movimento comunista, porque estávamos precisamente no momento em que se desencadeara a grande ofensiva da guerra fria contra as forças comunistas, contra o socialismo, contra a democracia e a paz.

O INFORME DO CAMARADA KRUSCHIOV, A MANEIRA PELA QUAL O P.C.I. FOI INFORMADO, SUA FORMA E CERTOS ASPECTOS

Não hesito em lembrar aos camaradas que, em alguns casos, houve diferenças entre o que diziam sobre certos aspectos os comunistas soviéticos e o que sustentávamos nós, mas isto não quebrou, nunca, a solidariedade e a compreensão mútuas.

O contraste mais evidente e talvez mais grave — e eu o lembro porque tem certa importância em relação às questões que se discutem hoje — verificou-se somente em janeiro de 1951. Então eu me encontrava em Moscou para um período de convalescença após o grave acidente de que fui vítima e a intervenção cirúrgica que se lhe seguiu e me vi diante da proposta do camarada Stálin de que abandonasse meu trabalho de secretário do Partido Comunista Italiano para ocupar o cargo de secretário geral do Bureau de Informação. Minha posição foi imediatamente contrária, e por vários motivos. Pensava que um ato semelhante, já que não podia deixar de significar, para a opinião pública, um retorno à organização da Internacional Comunista, não deixaria de ter graves e negativas repercussões no desenvolvimento da situação internacional, num momento que já era de extrema gravidade. Em segundo lugar, pensava que não era justo que nos orientássemos assim no que concernia à organização do movimento comunista internacional. Enfim, havia razões contrárias, de ordem pessoal. Houve vivos debates, mas a questão foi bem resolvida, pois o camarada Stálin retirou sua proposta.

Atualmente, as críticas que foram feitas à atividade do camarada Stálin e a denúncia dos terríveis erros por ele cometidos conduziram e conduzem a que se examine novamente uma série de questões, e por conseguinte também a das relações recíprocas entre os comunistas da União Soviética e o movimento comunista de outros países. Não sei se aqui se levantará o problema, que foi levantado em algumas discussões de célula, de seção, da maneira pela qual o nosso partido foi informado dessas críticas, e em particular do conteúdo preciso do informe apresentado pelo camarada Kruschiov. Recordo que esta maneira não foi boa, mas de outra parte reclamamos que se reconheça que nossa responsabilidade não está, de nenhum modo, envolvida nisso. Por motivo de evidente conexão com o que agimos. Em nosso Partido expressou-se um certo descontentamento crítico por alguns aspectos e pela forma do informe. Mas desejo lembrar aos camaradas que não se pode considerar o informe como uma coisa isolada. É necessário relacioná-lo com tudo o que foi dito no Congresso e que lhe fornece o enquadramento. A parte do fato de que o informe, como documento isolado de tudo o mais, possa parecer, em certos aspectos, pouco satisfatório, permanecem alguns pontos fundamentais sobre os quais devemos estar de acordo, e mais, sobre os quais não podemos deixar de estar de acordo. O primeiro é que o informe narra fatos e estes não podemos contestá-los. Não podemos fazer mais que acreditar nos que expõem estes fatos, ainda que, no passado, não conhecêssemos estes fatos nem pudessemos sequer imaginá-los. Não se podia deixar de fazer esta denúncia perante o Partido. Quanto à maneira de realizá-la, não nos cabe fazer um julgamento, porque cada partido tem suas regras e seus modos de vida interna. Podemos não estar satisfeitos com a maneira pela qual a denúncia foi trazida ao conhecimento do movimento comunista nos países capitalistas, mas isto é outro problema. Devemos reconhecer que a denúncia dos erros e a ação iniciada e energicamente conduzida para os corrigir são atos eminentemente positivos. A correção devia ser feita e deve ser saudada. Ela constitui uma reafirmação e terá como consequência o fortalecimento do caráter democrático da sociedade socialista. Restaura os princípios e a prática da democracia na vida interna do Partido Comunista da União Soviética, ali onde faltava este caráter democrático. Isto devia ser feito e só pode ter resultados favoráveis sobre o desenvolvimento do Partido Comunista e da sociedade socialista na União Soviética no desenvolvimento do movimento comunista nos países onde os comunistas já estão no poder, no desenvolvimento do movimento comunista nos países capitalistas e no desenvolvimento de todo o movimento operário e socialista mundial.

Conclusão do Informe de Palmiro Togliatti ao C. C. do P. C. I.

É evidente que das denúncias e críticas graves de hoje a personalidade de Stálin sal bem diversa da que nós conhecíamos. Mas não sai destruída. Ela deverá adquirir novas dimensões. Apresenta-se como uma personalidade profunda, mente contraditória em si mesma e em sua evolução. A um máximo de boas coisas conjugava-se nele, um máximo de coisas más. Mas este problema é, já agora, um problema de história. Os camaradas soviéticos deverão ajudá-los, eles que conhecem os fatos como não os podemos conhecer, a compreendê-lo e resolvê-lo cada vez melhor.

OS ERROS DE STÁLIN, O CULTO À PERSONALIDADE E NOSSAS "CORRESPONSABILIDADES"

No que concerne à nossa "corresponsabilidade" da qual tantas falas atualmente nossos adversários e que foi um de seus cavaleiros de batalha na luta eleitoral, ela tem um conteúdo político. Ela existe porque aceitamos, sem crítica, uma posição fundamentalmente falsa sobre a inevitável exasperação da luta de classes com o progresso da sociedade socialista, teoria que fora enunciada por Stálin e da qual derivam terríveis violações da legalidade socialista. Nossa responsabilidade é também a de haver aceito e introduzido em nossa propaganda o culto à personalidade de Stálin, ainda que seja necessário reconhecer, aqui, que nos preocupamos de transportar este método ao seio de nosso Partido. Pedese afirmar que a maneira pela qual nos empenhamos em organizar nosso Partido, em orientá-lo e dirigí-lo em seus problemas e em sua vida interna, foi uma tentativa de superar de fato vários defeitos que as críticas a Stálin evidenciaram. Tudo isto uma vez reconhecido, vários problemas continuam, entretanto, abertos. O próprio informe não dá uma resposta completa e satisfatória a todas as questões que surgem diante de quem o examina. Mas o debate e a crítica devem, neste ponto, ser travados no plano político, ao qual se cingem os marxistas quando desejam analisar situações determinadas e delas tirar determinadas consequências. Coloca-se a questão do que tornem possíveis erros tão graves, e principalmente o fato de que esses erros tenham sido cercados de um consentimento e uma convivência que chegam à corresponsabilidade dos que hoje os denunciam. Daí decorre a questão não só das correções necessárias, mas das garantias contra a repetição de erros semelhantes.

AS CORREÇÕES DOS ERROS E AS GARANTIAS CONTRA SUA REPETIÇÃO

As respostas que dei às perguntas que me foram formuladas são uma primeira tentativa de focalizar algumas das questões que surgem em relação com esses problemas. A entrevista, que conheci foi vista antes de sua publicação pelos camaradas do secretariado do Partido. Mas leva minha assinatura e envolve essencialmente a minha responsabilidade, pois reconheço que os argumentos tratados são de tal importância que um camarada sozinho não pode pretender que sua posição seja imediata e inteiramente justa. O debate está hoje aberto no seio do movimento comunista internacional e em todo o movimento socialista e democrático. A este debate nosso Partido deverá dar, também, sua contribuição ulterior no curso da preparação de seu próximo Congresso. Vistes como tratei o argumento das pretensas reformas institucionais que, segundo a afirmação de alguns, deveriam realizar-se na União Soviética, como indispensáveis para se evitar a repetição de fatos tão graves como os denunciados no informe do camarada Kruschiov. A resposta que dei tende a assinalar o que para mim continua em fato fundamental, a saber, que a Revolução de Outubro criou uma sociedade política de novo tipo, profundamente diferente das sociedades democráticas do Ocidente capitalista. Correções deverão ser feitas, medidas deverão tomar-se, garantias deverão dar-se, mas a originalidade desta sociedade, tal como saiu da Revolução de Outubro e da obra de construção econômica e política de uma nova sociedade socialista — creio que não poderá deixar de permanecer. Esta originalidade consiste no sistema soviético e na direção política do Partido Comunista.

Relacionado com esta questão levanta-se o problema da ditadura do proletariado. Pergunta-se se atos tão condenáveis como os denunciados no informe de Kruschiov e cuja responsabilidade primeira remonta ao camarada Stálin e a alguns de seus colaboradores, não se devem a esta forma de organização da sociedade que é a ditadura do proletariado. Este argumento também é digno de ser encarado e não deve ser temer encará-lo, como uma condição de precavermos-nos de cair na simplificação das coisas e nas banalidades e vulgaridades social-democratas.

Algumas vezes, quando se trata de problemas de doutrina, como este, nota-se a tendência errônea de se atar a um só aspecto de nossas doutrinas, de posições, por exemplo, sustentadas por Lênin e desenvolvidas pelos clássicos do marxismo e pelos dirigentes da União Soviética a propósito da própria concepção e das formas da ditadura proletária. É necessário saber ver sempre o conjunto dessas posições. Na elaboração da concepção de ditadura proletária, que é uma concepção essencial da doutrina marxista, diferentes pontos foram postos em evidência.

A TEORIA DA DITADURA DO PROLETARIADO E A TEORIA SEGUNDA A QUAL A MÁQUINA DO ESTADO BURGUEZ NÃO PODE SERVIR PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE SOCIALISTA

Antes de tudo, pertence à doutrina da ditadura do proletariado a afirmação do caráter de classe do Estado e de todo o Estado, tanto do Estado dirigido pela burguesia como do Estado dirigido pela classe operária. (Todo Estado é uma ditadura), dizia Gramsci. Esta afirmação é verdadeira e continua válida. A construção da sociedade socialista constitui um período de transição entre a revolução que derruba o capitalismo e o triunfo do socialismo, e a passagem ao comunismo.

Togliatti ao C. C. do P. C. I.

O período de transição, a direção da sociedade pertence à classe operária e a seus aliados, e o caráter democrático da ditadura proletária deriva do fato de que esta direção utiliza no interesse da esmagadora maioria do povo, contra todos das velhas classes exploradoras. Pode-se discutir se este período de transição pode e deve durar, e é tão evidente que no curso deste período pode e deve haver estas fases e, por conseguinte, formas diferentes de desenvolvimento democrático. Na União Soviética houve fases distintas. Uma coisa era a Constituição de 1924; outra coligação de 1936. A base deste exemplo, não pode cair, mas ao contrário, achamos desde logo provável na União Soviética, a direção política continuando a ser em mãos da classe operária e de seus aliados, a decisão possa e deva desenvolver-se de maneira nova, mas com suas características originais.

Mas isto não é tudo o que existe na doutrina da ditadura proletária. Marx e Engels, inicialmente, e Lênin, depois, desenvolvendo esta teoria afirmaram que a máquina do Estado burguez não pode servir para construir sociedade socialista. Esta máquina deve ser quebrada e substituída pela máquina da ditadura proletária, isto é, do Estado dirigido pela própria classe operária. Mas esta não foi a posição inicial de Marx e Engels; foi a posição a que chegaram após a experiência feita em Paris, e que foi particularmente desenvolvida por Lênin. Será que hoje esta posição continua plenamente válida? Eis um tema de discussão. Quando, com efeito, afirmamos que é possível um caminho de marcha para o socialismo somente no plano democrático, mas utilizando-se também formas parlamentares, é evidente que corrigimos algo nesta posição, levando em conta transformações verificadas e que ainda estão em vias de se realizarem.

FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA DITADURA PROLETÁRIA NA RÚSSIA NÃO SÃO OBRIGATORIAS PARA TODOS OS PAÍSES. POSSIBILIDADE DA EXISTÊNCIA DE DIFERENTES TIPOS NUMA SOCIEDADE QUE CONSTRÓI O SOCIALISMO

O terceiro ponto sobre o qual se pode concentrar a atenção que se refere às formas de exercício do poder em ditadura do proletariado. Lênin disse claramente, no que as formas de organização que a ditadura do proletariado na Rússia não seriam obrigatórias nos demais países. Não podemos, hoje, assinalando particularmente, esta afirmação uma certa extensão para concluir que se concerne também ao exercício do poder, as afirmações de Lênin nos primeiros anos da República Soviética, de guerra civil, de desenvolvimento de um povo e precisava, de defender, por todos os meios e a todo preço os ataques de todos os lados, mas que estas afirmações não deixam de corresponder a situações diferentes? Parece evidente que em situações diferentes essas afirmações são válidas. E' aqui que se coloca a questão da existência de diferentes partidos numa sociedade socialista e a distribuição que partidos diferentes podem dar à marcha do socialismo. E' inútil e mesmo estúpido que se nos queiramos exaltação da Revolução de Outubro e nossa atividade durante dezenas de anos ao Partido Comunista da União Soviética significa que sustentemos que em todo o mundo e em toda a situação se deva fazer obrigatoriamente o que se fez na Rússia. O que se fez na União Soviética não é modelo — e particularmente neste domínio — do que se deverá ser feito noutros países, de acordo com as condições existentes. Admitimos sem dificuldade que, sociedade onde se controla o socialismo pode haver estes partidos, dos quais alguns participem desta construção socialista. Admitimos que o impulso a profundas transformações sociais possa vir de partidos diferentes que se entendem para conseguir realizar estas tarefas. As perspectivas que se abrem a este respeito não são, portanto, múltiplas. Pode-se chegar, e se não exagero, à conclusão de que para ser discutido pelos dirigentes de um grande país dirigido pelos comunistas) a considerar a própria situação dos partidos em consequência da consolidação de uma sociedade socialista unitária, como resultado de um processo de construção igualmente de autoridade tanto o Partido Comunista como os outros partidos que com ele colaboram. Chegamos assim, através de um processo de natureza nova, a uma sociedade de tipo novo, tendo uma estrutura própria que corresponde à marcha e, enfim, à vitória definitiva do socialismo.

Formulando essas questões nos aproximamos, gradualmente, temas que devem ser, e serão sem dúvida, o centro do debate que precederá ao nosso congresso; aos temas da política de nosso Partido e de sua aplicação e da maneira pela qual sustentamos que se colocam na Itália as condições da transformação de estruturas econômicas para a construção de uma sociedade socialista.

ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DA LINHA POLÍTICA DO P. C. I.

Creio que não é tarefa do Comitê Central, no início de um período que precede a um Congresso, afirmar que a linha política de nosso Partido foi ou não foi justa. Este é um problema que se deve agora levantar dentro do Partido e o Partido deve fazer sua contribuição à discussão deste problema. O que se precisa é que a discussão se desenrole o mais livremente possível. Temos a tarefa, entretanto, de pôr bem em relevo os elementos da linha política que seguimos, o fim de que o julgamento que se possa fazer sobre sua validade seja fundamentado e a fim de que se examinem sériamente as questões que devem ser tratadas. Não se trata, pois, de elementos fundamentais de nossa li-

nhá política? Partimos da análise das estruturas econômicas da sociedade italiana e de sua estrutura política. Esta análise nos levou a ver as forças motrizes de uma revolução democrática e socialista (o emprego destes termos porque os dois elementos caracterizam nosso movimento) na classe operária e nas massas camponesas, com as quais uma aliança de classe e uma aliança política devem ser estabelecidas para lutar contra as velhas classes dirigentes capitalistas. Em particular, vimos nas condições atrasadas do sul condições objetivas, criadas pelo desenvolvimento histórico de nossos países, e que dão um conteúdo particular a esta aliança de classe, estendendo sua amplitude até abarcar, nessas regiões mais atrasadas, amplos setores da pequena e média burguesia urbana. A melhor contribuição a esta análise foi dada pelo camarada Gramsci, e a conhecê-la.

A FUNÇÃO NACIONAL DA CLASSE OPERÁRIA. O PROBLEMA DA CONSTITUIÇÃO DE UMA SOCIEDADE NOVA. A LUTA PELA APLICAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO

Depois da resistência, depois da guerra e da derrubada do fascismo, criaram-se novas condições. Foi feita uma nova grande experiência: atos novos foram realizados. As forças de classe puseram-se em movimento, tendo isso particulares consequências. Tentamos então, em ligação com o desenvolvimento dos fatos, enriquecer nossa análise, quer a estrutura da sociedade, quer das tarefas da classe operária. A primeira e a principal consequência, que decorreu de tudo o que se produziu sob o fascismo e durante a guerra, foi a nova afirmação da função nacional da classe operária e das massas trabalhadoras que lhe são mais próximas, no momento em que as classes dirigentes capitalistas recusavam a sua função dirigente e levavam, com sua política, a nação à catástrofe. Toda a nossa política, em todos os seus atos, foi sempre ditada pela intenção de realizar esta função nacional da classe operária e de torná-la evidente, de dar uma coerência nacional aos atos políticos que o Partido realizava em todos os domínios de sua atividade.

Tendo o fascismo sido derrubado, colocava-se o problema de criar uma sociedade nova e, dada a participação que tiveram as classes trabalhadoras e as forças democráticas neste derrubamento, foram conquistadas algumas posições de valor fundamental. Elas constituem pontos de chegada de um grande processo de renovação que, num determinado momento, foi detido; mas constituem, também, pontos de partida para a nossa ação futura. Essas posições são, especialmente, a Constituição democrática e republicana do Estado, os princípios que ela proclama e, portanto, a organização de uma democracia que se corresponde efetivamente ao que a Constituição, já seria uma democracia de novo tipo, diferente não apenas de tudo o que existiu na Itália antes do fascismo, mas também diferente em relação às democracias capitalistas de tipo tradicional. Daí decorre a orientação geral de nossa luta política, que foi uma luta democrática pela aplicação da Constituição republicana, nos seus princípios políticos e em seus princípios econômicos; quer dizer, a luta pela aplicação das reformas que ela indica de maneira mais ou menos explícita. E' uma linha política, portanto, de desenvolvimento democrático consequente e de desenvolvimento em direção do socialismo, através da aplicação de reformas de estruturas previstas pela própria Constituição.

Naturalmente, o fato de seguir uma linha de desenvolvimento democrático não queria dizer e nunca significou, para nós, que proclamamos apenas a necessidade de reformas determinadas. Isto significou a luta de massas por suas reivindicações imediatas e por grandes reformas sociais; isto significou a luta pela unidade das massas trabalhadoras e, antes de tudo, da classe operária; isto significou um grande e persistente esforço dos partidos de classe operária, para estabelecer alianças cada vez mais amplas com todas as camadas da população trabalhadora, que podem e devem estar interessadas numa transformação profunda de estruturas da sociedade.

OS ASPECTOS NOVOS DE NOSSA POLÍTICA E DE NOSSA ORGANIZAÇÃO

Daí decorre o caráter positivo, construtivo de nossa política. Daí o fato de que a ação de nosso Partido procurou chegar, sempre, a formular objetivos, próximos ou distantes, que deviam ser atingidos através do movimento e da luta de massas no terreno democrático, utilizando todas as instituições de nossa democracia. Foi o que tentamos fazer no que concerne aos interesses, às reivindicações e às tarefas da classe operária, das classes camponesas e de certas categorias de camadas médias? Foi o que tentamos fazer, colocando de maneira nova — mesmo quando o Partido não tenha sempre compreendido bem tudo o que o proclamamos a fazer — certos problemas, como, por exemplo, o da emancipação das massas femininas, instrumento importante para uma transformação consequente e democrática da sociedade italiana. Do mesmo modo no que se refere aos problemas dos jovens, da cultura e assim por diante.

Se abordamos o campo específico da organização do Partido, houve coisas novas em nossa atividade? Creio que as houve também, pelo menos na intenção dos organismos dirigentes do Partido. Houve, inicialmente, a intenção de construir um Partido à altura de preencher sua função positiva e construtiva, por sua composição, pelo número de seus aderentes, por sua estrutura e seu funcionamento, um Partido à altura não somente de fazer propaganda e agitação de proclamar os grandes princípios, mas também à altura de dirigir diariamente a classe operária, as massas trabalhadoras e a maioria da população, para a compreensão e a defesa de seus interesses e principalmente para a defesa e a consolidação do regime democrático e o desenvolvimento no sentido de profundas reformas sociais.

Essas inovações na organização do Partido sobre as quais não insistiu, mas que deverão ser amplamente ilustradas, deviam marchar simultaneamente com um regime interno que tivesse um caráter particular, muito democrático. Com efeito, um Partido fechado em si mesmo, burocratizado, onde domina a tendência a não pensar, mas somente a co-

mandar ou a obedecer, não está a altura de estabelecer amplas ligações com as massas, essas ligações que quisemos sempre que o Partido estabelecesse o que devia ser sua característica essencial. Daí decorre uma luta contínua pela democracia interna em nosso Partido, por uma grande atividade e uma grande vivacidade no interior de nossa organização; o que não pode, nem deve ser contrário, nem à disciplina política e de trabalho, nem ao método do centralismo democrático.

Togliatti analisa a seguir alguns aspectos concretos da luta pela aplicação da linha política do P. C. I., destacando alguns erros que foram cometidos. Prossegue retornando ao problema do regime interno no Partido.

AS CRÍTICAS AO BUROCRATISMO E AO "SARGENTISMO" NO PARTIDO. O CAMINHO ITALIANO NÃO PODE SER IDENTIFICADO SUMARIAMENTE COM O "CAMINHO PARLAMENTAR"

No que se refere ao regime interno, recebemos hoje boas resoluções de nossas organizações. Elas criticam defeitos de burocratismo, de "sargentismo", de ausência de democracia nas instâncias de base e assim por diante. As afirmações mais claras a este respeito, no que se refere à crítica do Partido e as indicações de suas tarefas, encontram-se, entretanto, até o momento, nos documentos dos organismos dirigentes do Partido. Lêde os informes e os documentos do último Congresso e da Conferência nacional do ano passado. Encontraréis ali tudo o que, e melhor formulado, se acha na carta que todos conhecéis do camarada Durante, em vida à redação de *Rinascita*. Mas não podemos contentar-nos com tudo isto. Aqui também existe uma separação entre as afirmações gerais, as indicações, os conselhos, as diretrizes, de um lado, e a realidade da vida do Partido, de outro lado. Encontrar-se o grave defeito seguinte: reivindicamos que a democracia interna se desenvolva e, pois, que a vida do Partido aumente sem limites, continuamente, a uma luta por objetivos políticos determinados e para tornar o Partido consciente da necessidade de trabalhar como deve para atingir estes objetivos. A luta por um justo regime interno não foi ligada a um debate sobre os temas políticos atuais e urgentes. Onde a política eficiência desta luta, os limites à democracia interna do Partido, a tendência a restringir esta democracia, o "sargentismo" e, enfim, também a falta de desenvolvimento de nossa ação política.

Agora, todo o Partido tem a tarefa de julgar essas questões, os grandes momentos de nossa linha política e a maneira pela qual foi compreendida e aplicada, para chegar às consequências necessárias, indicar as correções que deverão ser feitas e lançar todo o Partido nessa direção.

Como devemos desenvolver ulteriormente a linha de nosso Partido? Devemos continuar a pesquisar e a seguir um caminho próprio, um caminho italiano de desenvolvimento para o socialismo. Mas eu queria lembrar aos camaradas que disseram — como se isto fosse uma coisa absolutamente pacífica — que o caminho italiano de desenvolvimento para o socialismo significa o caminho parlamentar e nenhum outro? Não é verdade que se disse que o "caminho italiano" significa o caminho parlamentar? O caminho italiano é uma via de desenvolvimento para o socialismo que tem em conta condições já realizadas e vitórias já obtidas. Dado que estas vitórias criaram uma ampla base de desenvolvimento democrático, o caminho italiano é uma via que prevê um desenvolvimento no terreno democrático, o fortalecimento da democracia e sua evolução no sentido de reformas sociais determinadas, profundas. Se se coloca a questão desta maneira, se se identifica de maneira sumária e exterior o "caminho italiano" e o caminho parlamentar pode-se criar, de um lado, ilusões perigosas, enquanto que de outro lado pode-se suscitar graves decepções.

O camarada que trabalha nas fábricas, que conhece o peso do poder do patrão, o cidadão que chegou a conhecer a natureza e o peso do poder das classes dirigentes capitalistas na sociedade atual e que vê, por outro lado, o que é hoje nosso Parlamento, pode chegar à conclusão de que este caminho não levará, nunca, a uma modificação real. E' necessário, portanto, colocar justamente a questão.

UMA FORTE LUTA DE MASSAS, UMA AMPLA AÇÃO NO PAÍS PARA FIXAR UM TERRENO VERDADEIRAMENTE DEMOCRÁTICO ONDE SE POSSA DESENVOLVER VITORIOSAMENTE A LUTA PELO SOCIALISMO

O caminho seguido até aqui foi um caminho consequentemente democrático. Trabalhando e lutando sobre este caminho encontramos, entretanto, tenazes resistências. Tivemos de combater iludindo os dentes para defender os interesses dos trabalhadores, sua liberdade, sua vida para arrancar algumas melhorias e algumas reformas. Em determinados momentos tivemos mesmo de combater para salvar a legalidade de nosso grande movimento, que alguém poderia ameaçar. Sabíamos que eram vãs ilusões de revolucionários, mas eram vãs ilusões porque éramos fortes e em torno de nós se reunia uma grande massa trabalhadora a lutar e enfrentar sacrifícios. A utilização do Parlamento é uma das possibilidades de desenvolvimento de uma ação consequentemente democrática para obter profundas reformas de estrutura. Para que esta possibilidade se realize são necessárias, entretanto, condições determinadas. E' necessário um Parlamento que seja, verdadeiramente, a imagem do país. E' preciso um Parlamento que funcione e é preciso um grande movimento popular que faça surgir do país essas exigências, as quais possam, a seguir, ser satisfeitas por um Parlamento onde as forças populares tenham uma representação bastante forte. Para que o Parlamento seja a imagem do país não basta, apenas, que tenha uma representação proporcional. E' necessário destruir e destruir completamente todo o sistema de imposições, de coerções, de intrusão de terrorismo espiritual utilizado cada vez mais amplamente na Itália para impedir que o voto parlamentar corresponda

(CONCLUI NA 8ª PAGINA)

VOZ dos Operários

Trabalhadores Paraibanos Lutam Pelo Novo Salário

DO Correspondente da VOZ em João Pessoa recebemos: "Os patrões estão recusando-se a pagar o novo salário-mínimo nesta Capital, sob a alegação de que ainda não receberam aviso da delegacia do Trabalho. Diante disso, reuniram-se no Sindicato da Construção Civil os representantes das entidades de trabalhadores em Alimentação Metabólicos, Gráficos e Boleia e Pesca de Cabedelo, exigindo do delegado do Trabalho fiscalização severa para que a lei seja cumprida."

Após os debates, ficou decidida a realização de outras reuniões conjuntas, ao mesmo tempo que cada sindicato promove assembleias para mobilizar os trabalhadores. Na reunião realizada no Sindicato da Construção Civil, foi aprovada unanimemente uma moção de solidariedade aos jornalistas brasileiros por sua luta em defesa da liberdade de imprensa e contra a lei-rólha que o governo pretende impor ao país.

POSTA RESTANTE

São Paulo (SP) — com a assinatura de C.L.T., recebemos uma carta contendo sugestões sobre o nosso jornal. Opina C.L.T. no sentido de diminuirmos o número de matérias que damos sobre os países socialistas, a fim de publicarmos, em lugar delas, reportagens e artigos sobre os direitos dos trabalhadores, das mulheres e dos melhores, consagrados na legislação trabalhista, assim como sobre a organização dos operários nas fábricas. Acreditamos louvável a iniciativa de C.L.T. de apresentar críticas e sugestões ao nosso jornal. Levando em conta sua sugestão, cuja segunda parte reputamos justa, comprometemo-nos a ampliar o noticiário sobre os direitos dos trabalhadores por ele proposto. Quanto a primeira parte, calvo melhor juízo, mantemo-nos em nosso ponto de vista de que noticiar as conquistas da classe operária nos países do socialismo é uma excelente maneira de estimular as lutas dos trabalhadores brasileiros por melhorias em sua situação e por mais amplos direitos sociais.

DESPEDIDO APÓS 13 ANOS DE TRABALHO

Do Correspondente da VOZ em Nova Prata (R.S.), recebemos:

"O trabalhador Antônio Francisco Policarpo foi recentemente despedido da granja do sr. Atayde dos Santos Barreto, onde trabalhava há treze anos, porque solicitou ao patrão um aumento de salário. Ele ganhava Cr\$ 1.200,00 mensais, livres de despesas. Ocorre, entretanto, que o patrão não lhe pagou a quantia correspondente aos direitos estabelecidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, e que são os seguintes: Por dois anos de férias não gozadas, Cr\$ 1.920,00; aviso prévio, Cr\$ 1.200,00; indenização dobrada por treze anos de trabalho, Cr\$ 31.200,00. Visando receber essas importâncias, que lhe cabem por lei, o trabalhador entrou com uma petição na justiça."

VOZ OPERÁRIA

Diretor-Responsável
Aydano do Couto Ferraz

MATRIZ:

Av. Rio Branco, 257, 17º and., s/ 1.712 Tel. 42-7344

ASSINATURAS:

Anual Cr\$ 100,00
Semestral Cr\$ 50,00
Trimestral Cr\$ 25,00
Núm. avulso. Cr\$ 1,50
Núm. atrasado Cr\$ 2,00
Aérea ou sob registro, despesas a parte
Preço no Rio Grande do Sul Sta. Catarina e Paraná, Cr\$ 2,00

SUCURSAS:

SÃO PAULO — Rua dos Estudantes nº 84 s/ 29, 2º and. — Tel. 37-4983.
PORTO ALEGRE — Rua dos Andaraes, 1.646 s/ 74, 7º and.

Lutam os Têxteis de Campos por um Justo Horário de Trabalho

CAMPOS, Est. do Rio (Do Correspondente) — Em meados do mês passado a direção da Fábrica de Tecidos Campista chamou o contramestre José Lemos, ex-presidente do Sindicato, e comunicou-lhe que ia modificar o horário, ficando a primeira turma das 8 às 12 e das 14 às 16 horas e a segunda turma das 12 às 14 e das 16 às 22 horas (esta sem intervalo para jantar).

Os operários, tão logo souberam da medida que os prejudicava profundamente, protestaram contra ela e estranharam, inclusive, que a diretoria chamasse um contramestre, e não a diretoria do Sindicato. O assunto passou a ser debatido por todos os trabalhadores e seu repúdio ao novo horário chegou ao conhecimento do diretor Machado que se manteve intransigente e mandou afixar um aviso com a medida injusta.

Imediatamente os operários começaram a se unir para derrubar o horário injusto. Várias assembleias foram realizadas no pátio da fábrica, destacando-se a participação entusiástica das mulheres e o apoio dos operários de outras seções não atingidas pelo horário.

Uma assembleia realizada no Sindicato, com a presença de 200 têxteis, foi eleita uma comissão para vir ao Rio entrar em entendimento direto com os patrões. Acompanhada dos deputados José Alves Azevedo e Araújo Steinbruch, a comissão defendeu perante os patrões o horário antigo mas estes mantiveram-se intransigentes e tentaram aplicar um golpe: propuseram que a comissão escolhesse o horário, contando que o mesmo fosse de oito horas de trabalho. Mas o contrato entre a empresa e os operários estabelece 7 horas de trabalho, razão porque a comissão não aceitou a proposta. Chegou-se a um impasse e a comissão regressou prestando contas de sua missão.

Os patrões passaram então a agir vi-



sando desmair os operários e enganá-los para o que chamaram o presidente do Sindicato e entregaram-lhe uma lista para coletar assinaturas dos trabalhadores e consumir o novo horário.

O horário que entrou em vigor é o seguinte: das 5,30 às 14,15 com 45 minutos para almoço (primeira turma) e das 14,15 às 22,15 horas (segunda turma). Os protestos dos trabalhadores continuam, pois nesta hora não há mais transportes.

A empresa não paga o salário-mínimo de Cr\$ 3.500,00 às tarefeiras, utilizando para isso cálculos falsos. Antes, as tarefeiras tiravam Cr\$ 2.500,00, mas agora não atingem Cr\$ 3.500,00. O cálculo certo é de 66% sobre Cr\$ 2.100,00, mas a empresa reduz essa percentagem para 43% sobre Cr\$ 2.100,00.

Por outro lado, na série de manobras que vem utilizando para diminuir o salário dos operários, a empresa retirou o adicional de um cruzeiro por mil metros de pano, da carteira dos mestres e contramestres. Foi suprimida também a comissão de 500 cruzeiros que era paga às fiandeiras que tocam nos dois lados da máquina e que deviam estar ganhando hoje Cr\$ 4.000,00 e não só o salário-mínimo que é pago às que tocam de um lado da máquina.

Diante de todas essas irregularidades os têxteis desenvolvem esforços para fortalecer seu sindicato, unem-se estreitamente dentro da própria empresa e lutam por seus direitos.

SALÁRIO DE 600 CRUZEIROS GANHA O PAI DE 11 FILHOS

Na granja de arroz do sr. Carlos Franco Rodrigues, situada em Serrito Ouro (2º distrito de São Sepé — Rio Grande do Sul), os trabalhadores estão submetidos a dura exploração e recebem salários irrisórios. Os tratantistas ou operadores de máquinas, que ganham salários melhores, recebem apenas Cr\$ 1.800,00 ou menos e ainda têm que pagar os macacões de inferior qualidade que lhe são fornecidos por Cr\$ 240,00. Os demais empregados têm salários que vão até à insignificância de Cr\$ 600,00 mensais.

O sr. Darcy Munhoz, por exemplo, tem onze filhos menores e espócia, mas ganha Cr\$ 600,00 por mês e não tem direito a plantar nada nas terras da granja. São 13 pessoas, obrigadas a viver com 20 cruzeiros por dia, meios de 2 cruzeiros por pessoa!

Os tratantistas não têm direito a férias e nem podem ficar em casa quando há doença na família, como aconteceu com o sr. Adair Aires Martins. Este trabalhador faltou ao serviço porque havia uma pessoa de sua família doente e quase foi despedido quando voltou.

(Do Correspondente da VOZ em São Sepé — R. G. do Sul).

FUNDADO EM ALEGRETE UM MOVIMENTO CONTRA A CARESTIA

ALEGRETE, R. G. S. (Do Correspondente) — Foi fundada nesta cidade, recentemente, o Movimento Popular Contra a Carestia, cuja direção ficou assim constituída: presidente — Capitão Febrônio Brunet Rodrigues; vice — Miguel M. Corcê; secretário — José Gabriel Conceição; 2º sec. Sandoval Lopes; tesoureiro — Pomplio; 2º tesoureiro — Francisco Medeiros.

Após a fundação, o Movimento reuniu-se na sede da União Operária 1.º de Maio, sendo prestada uma homenagem aos comerciantes honestos da cidade e lançado um manifesto ao povo. O documento conclama a população a reivindicar, entre outras, as seguintes medidas: restabelecimento e reorganização da COMAP; elaboração de um estudo para tabelar os gêneros de primeira necessidade; fiscalização dos preços, pesos e medidas, por parte da prefeitura e do Movimento; punição dos contraventores através do departamento jurídico do Movimento.

Por outro lado, o Movimento tratará de unir seus esforços aos congêneros da Capital e do interior do Estado.

Injustiça na V.F.R.G.S.

RAMIZ GALVÃO, RS (Do Correspondente) — O núcleo local da viação Férrea Rio Grande do Sul deu recentemente a um ferroviário, classificado na categoria de trabalhador «manual», a responsabilidade por um trabalho que corresponde ao nível de «artífice», duas vezes superior àquele. Devido isso é à pressão que exigiram, o trabalho executado por este trabalhador não ficou bem feito, o que ocasionou a volta à oficina de uma máquina que já havia iniciado a viagem.

Por essa razão, cuja responsabilidade cabe à direção do núcleo, o trabalhador e o maquinista foram suspensos por um dia, o que revoltou os ferroviários. Trata-se de uma injustiça e de uma exploração, pois a VFRGS exige responsabilidade por trabalhos de categoria superior e paga salários de categorias inferiores. Os ferroviários compreendem isso e sentem a necessidade de reforçar sua associação de classe para evitar injustiça e exploração e fazer valer seus direitos.

A LUTA PELO CAMINHO ITALIANO PARA O SOCIALISMO

(CONCLUSÃO DA 1ª PÁGINA)

à consciência e às necessidades das massas trabalhadoras que votam.

Devemos recordar o que dizia Lênin sobre o caráter ilusório da democracia burguesa. Podemos dar fim, atualmente, em parte, e mesmo em grande parte, a este caráter ilusório. Quer dizer que podemos criar um terreno verdadeiramente democrático onde possa desenvolver-se vitoriosamente a luta pelo socialismo, como previam os clássicos do marxismo. Mas, para que seja criado este terreno, para que ele exista e seja amplo, para tudo isto é também necessária uma forte luta de massas assim como uma ampla ação no País.

Depois de analisar, a seguir, o funcionamento do atual parlamento italiano, prossegue Togliatti:

"Queríamos lembrar também que, quando se trata da questão de um caminho italiano para o socialismo, é preciso evitar a crença de que se trata de um tema a resolver sentado atrás de um bureau, elaborando fórmulas mais ou menos novas graças à perspicácia e à originalidade de um ou de outro dirigente. O que conseguirmos conquistar ainda será o resultado de outras lutas e de outras experiências que fizermos. O engajamento do Partido no terreno democrático é uma premissa, assim como sua decisão de estar sempre mais estreitamente ligado às condições e às tradições do país e de nosso movimento operário é uma premissa indispensável."

O essencial, acrescenta Togliatti, é a pesquisa do novo, «do que mudou, da maneira por que mudou e da situação que se criou após essas mudanças». Esta pesquisa do novo, acentua mais adiante, «deve estar sempre ligada ao estudo dos aspectos concretos e práticos do movimento das classes, do movimento operário e de nosso trabalho». O estudo dos problemas econômicos, o aprofundamento do estudo da estrutura econômica da Itália é particularmente importante.

Passando a analisar o problema das nacionalizações e da intervenção do Estado na economia, diz Togliatti:

"Existe a tendência a criticar e a repelir toda posição positiva do Partido Comunista em relação a tudo o que se possa fazer nesta direção, afirmando-se que é somente o poder quem decide. As nacionalizações só seriam eficazes se realizadas por um poder operário socialista; o mesmo quanto às intervenções do Estado na economia, quanto à luta contra os monopólios através de medidas legislativas, etc... Essas afirmações são verdadeiras, mas somente no domínio da abstração, porque as relações concretas, nas condições atualmente existentes no mundo e também em nosso país, o poder concreto é algo que pode mudar de atitude e que se pode fazer mudar através de movimentos e de lutas eficazes da classe operária e das massas trabalhadoras."

Posição semelhante, acrescenta Togliatti deve-se ter em relação aos problemas da segurança social e das relações entre operários e patrões dentro das fábricas, desde que se assegure uma participação cada vez maior e mais livre dos sindicatos e das massas trabalhadoras na solução dessas questões. «Um movimento que conseguirmos orientar e dirigir na direção dessas reivindicações e dessas reformas é, sem dúvida, um movimento para o socialismo».

Togliatti chama a atenção para a necessidade de impedir, permanentemente, o retorno a graves formas de reação

(que correspondem à natureza das próprias classes dominantes da Itália) e de se lutar por concluir o desenvolvimento democrático através de uma vigilância, uma ação e uma luta contínuas. E acrescenta: «As formas de marcha para o socialismo não dependem unicamente de nós: elas dependem de nós e do que faça o adversário».

Depois de apontar o caráter do reformismo social-democrático e do reformismo social-católico, que procuram desorientar a classe operária, Togliatti assinala:

"É necessário que as transformações econômicas, políticas e sociais que reivindicamos se traduzam, sempre, em alguma coisa clara, simples, precisa para as massas. É necessário que reivindicuemos, dizendo com todas as letras as modificações da orientação política que são indispensáveis para abrir o caminho às transformações da estrutura econômica. Não basta falar de deslocamento para a esquerda. É preciso fazer corresponder a «esta palavra» de ordem um conteúdo concreto. É preciso que façamos compreender que deslocamento para a esquerda não quer dizer que dêem votos em favor de tal ou qual ministro, a que se alegre com este fato como se fora um grande acontecimento. Deslocamento para a esquerda deve significar, pelo menos, modificação das orientações políticas que predominam atualmente. Isto deve significar o início pelo menos, de modificação nas orientações da direção econômica do país. É isto que nos permite desenvolver uma luta de massas de caráter unitário, tanto no domínio sindical, como noutros domínios."

Ressaltando a importância da unidade com os socialistas, que não deve ser atenuada e sim cada vez mais fortalecida, Togliatti mostra a necessidade de se estudar detidamente, durante as discussões do Congresso, o caráter de nosso partido, a forma de sua organização e as formas de seu trabalho, a fim de que o partido seja capaz de aplicar sua linha política. «O essencial, conclui, é que da classe operária possam vir continuamente ao Partido uma corrente de forças novas, e que possamos dar à classe operária a orientação ideal e política, e a direção de que ela necessita».

Sobre o regime interno do Partido, Togliatti apóia os que reivindicam «maior democracia e maior liberdade de crítica e de discussão no Partido, assinalando: «Mais democracia e mais liberdade, isto quer dizer e deve significar uma atividade cada vez maior dos membros do Partido não somente para obedecer e não somente para discutir, mas para trabalhar seriamente, com impulso e iniciativa a fim de realizar a política do partido em todos os domínios».

Conclui o informe: «Lembremo-nos, entretanto, que a clareza dos objetivos não é suficiente. Para atingir os objetivos que se colocam diante de nós e avançar, é preciso saber trabalhar, lutar, combater. É preciso, portanto, que discutamos de maneira a contribuir para aumentar esta capacidade do Partido, a tornar mais límpido o espírito, mais segura a vontade, ainda maiores que no passado e a homogeneidade do Partido. Se discutirmos e trabalharmos desta maneira, estamos seguros que o próximo Congresso fará o Partido dar um novo e grande passo à frente».

Prejudicial aos Ferroviários E ao País a Criação da RFFSA

FALSO O PRETEXTO DE LIBERTAR A UNIÃO DOS DÉFICITS DAS FERROVIAS — O TESOURO NACIONAL TERIA MAIORES DESPESAS — ABRIRIA O CAMINHO AO CONTRÔLE DE NOSSAS ESTRADAS DE FERRO POR PODE-ROSOS GRUPOS ESTRANGEIROS

Encontra-se reunido nesta Capital o Congresso Nacional dos Ferroviários, debatendo problemas da maior importância para a numerosa corporação. Além de reivindicações específicas, os ferroviários, de acordo com decisões tomadas em conferências regionais e, anteriormente, no Congresso reunido em Campinas (São Paulo), renovam sua posição contrária ao projeto governamental que transforma as ferrovias da União em sociedades anônimas, através da criação de uma Rede Ferroviária Federal S. A.

EM QUE CONSISTE A RFFSA?

O projeto, aprovado na Câmara já está para votação no Senado, onde recebeu parecer contrário do relator na Comissão de Constituição e Justiça, senador Moura Andrade. Em que consiste o projeto?

1.º — na transformação das empresas ferroviárias atualmente organizadas sob a forma de autarquia ou repartições em sociedades anônimas de capital misto (da União e de particulares).

2.º — na criação de uma sociedade coordenadora, à qual serão transferidas as ações representativas do capital das demais sociedades.

A União ficaria com 51% dessas ações, as restantes sendo vendidas a sociedades de economia mista, a pessoas jurídicas de direito privado e a pessoas físicas. Assim, empresas particulares ou qualquer cidadão poderão tornar-se acionistas dessas empresas, e desde que reúnem 7,5% do total do capital, participarão da Diretoria e do Conselho Fiscal da empresa.

SITUAÇÃO DOS FERROVIÁRIOS

Quanto aos funcionários atuais dessas ferrovias terão direito de optar: ou passarão à categoria de empregados, sujeitos à legislação do Trabalho, ou continuarão como funcionários da União, que os cederá para o trabalho nas ferrovias ou os aproveitará em qualquer repartição do Ministério da Viação.

PREJUDICIAL AOS TRABALHADORES

O projeto é, como se vê, prejudicial aos interesses nacionais e aos interesses e direitos dos ferroviários.

Os trabalhadores que optarem pela transferência para o quadro de empregados da RFFSA perderão as regalias, direitos e vantagens de que desfrutam hoje como servidores da União. Os que continuarem na condição de servidor da União ficarão pertencendo a quadros e tabelas extintos, sem possibilidade, portanto, de melhorias ou de reestruturação desses quadros e tabelas. Poderão ainda ser transferidos arbitrariamente, de um para outro lugar.

O CONTRÔLE DAS FERROVIAS

O projeto permite o controle das ferrovias por grupos

econômicos nacionais e estrangeiros, que se tornarem fortes acionistas das mesmas. Além disso, instituindo o tipo de ações ao portador, facilita enormemente a manipulação das nossas principais estradas de ferro ao sabor de interesses de grupos monopolistas. Esses grupos passarão, na prática, a determinar o tipo de cargas das ferrovias, colocando-as, não a serviço do progresso nacional, mas de seus interesses privados.

Não é por acaso que a transformação das ferrovias em sociedades anônimas tem sido uma exigência constante do imperialismo norte-americano.

O Export and Import Bank exigia tal condição para a concessão de um empréstimo destinado ao reequipamento das ferrovias, segundo revelou em agosto do ano passado o deputado Ernesto Sabóia. A mesma exigência ficou expressa, em letra de fôrma, no comunicado do mesmo banco ao conceder o empréstimo de 154 milhões de dólares ao governo do sr. Kubitschek.

MAIORES GASTOS DA UNIÃO

Além disso é preciso destacar que o projeto, pretextando a necessidade de aliviar a

União dos déficits das ferrovias, na verdade mantém em mãos do Tesouro Nacional este ônus. A União pagará os salários e pensões dos ferroviários que serão cedidos à RFFSA e mais os juros das ações na base de 8%. As despesas, na realidade, aumentarão.

É necessário dizer que os principais técnicos do país, reunidos no Clube de Engenharia para estudo do problema, repudiaram esta tentativa de transformação das ferrovias da União em sociedades anônimas.

UMA LUTA PATRIÓTICA

Defendendo, assim, direitos e vantagens conquistados como servidores da União, os ferroviários defendem também interesses vitais do país ao se insurgirem contra o projeto de criação da RFFSA. Sua luta deve ser apoiada por todos os trabalhadores e por todos os patriotas.



A comissão organizadora do congresso dos ferroviários quando discutia alguns dos pontos que deveriam ser debatidos no importante conclave que ora se realiza nesta Capital.

A BHERING (D.F.) AINDA PAGA O SALÁRIO-MÍNIMO DE 1954!

A fábrica Bhering S. A. (Distrito Federal), produtora do café Globo, de chocolates e canela, emprega cerca de 750 operários, excluídos os trabalhadores da loja e da administração. Uma das normas dessa empresa é sonegar os aumentos salariais aos trabalhadores. Desde 1950, a Bhering nunca pagou os aumentos concedidos pela própria Justiça do Trabalho e até agora não foi pago o salário-mínimo em vigor desde 1.º de agosto.

EXPLORAÇÃO E DESONESTIDADE

O salário comum na empresa é o antigo mínimo de Cr\$ 2.400,00. Operários com 10 e 15 anos de serviço ganham Cr\$ 2.600,00 e Cr\$ 2.400,00 e mecânicos e

funcionários categorizados são classificados nas carteiras como serventes. As verdadeiras funções dos empregados não são anotadas nas carteiras, com o que visa a empresa ludibriar a fiscalização e anular as conquistas de aumentos obtidas pelos operários.

A dívida da companhia aos seus operários, pelo aumento de 34% concedido em 1954, atinge a quase 3 milhões de cruzeiros. Para não pagar o aumento, os patrões recorreram à justiça e perderam até no TST, embora obtenham lucros fabulosos e gastem rios de dinheiro em publicidade. Só os membros da diretoria ganharam, em 1955, cerca de milhão e 300 mil cruzeiros.

Devido a essas e outras inúmeras irregularidades, os trabalhadores da Bhering querem que o Ministério do Trabalho envie fiscais lá, pois não tem havido nenhuma fiscalização.

NÃO HÁ GRECHE

A Bhering utiliza mil e uma manobras e picuinhas para sonegar os direitos dos operários, como as constantes readmissões. Houve o caso de uma operária com 8 anos de casa que teve um filho e foi obrigada a fazer um acordo para sair (indenização de Cr\$ 9.000,00) porque não há creche na empresa. Aliás, é hábito demitir as operárias grávidas e a empresa não paga quase nenhum auxílio-maternidade.

É grande o número de mulheres — e de menores que fazem o trabalho de adulto mas ganham como aprendizes. O número de trabalhadores e especializados é pequeno e estes são obrigados a um trabalho excessivo.

Não há proteção conveniente ao trabalho. Na estampa, por exemplo, um grande número de trabalhadores é mutilado.

A COMISSÃO

Uma comissão de trabalhadores está à frente da luta pelo pagamento dos atrasados. Aumenta a sindicalização. Atualmente a comissão luta, junto com o sindicato, pelo pagamento do salário-mínimo

e providencia a sindicalização de novos trabalhadores. Os operários querem lutar. No dia 30 de agosto, quando a empresa fez os descontos na base do novo salário-mínimo sem pagá-lo, os empregados da loja protestaram, enviaram uma comissão ao sindicato — e o aumento do desconto foi revogado. Atualmente os operários cerram fileiras em torno da comissão do sindicato para defender o novo salário-mínimo e receber os 34% atrasados.

Reajustamento Dos Salários

O reajustamento dos salários colocou-se na ordem do dia com a decretação do novo salário-mínimo (já era antes uma necessidade, em face do aumento contínuo do custo da vida). O fato é que agora não é mais possível que os trabalhadores que não foram beneficiados com o salário-mínimo continuem percebendo o mesmo que antes, embora realizem serviços especializados e contem, além disso, vários anos de profissão.

Em São Paulo já se inicia ampla mobilização para este reajustamento geral dos salários, no sentido de se manter o salário profissional, que praticamente desapareceu com o aumento do mínimo. Também o sindicato dos têxteis, no Rio, iniciou esta campanha, já tendo promovido uma série de assembleias de setores para estudar o assunto.

INACEITÁVEL PARA O FUNCIONALISMO O PROJETO DO DASP SOBRE A CLASSIFICAÇÃO

OS SERVIDORES PÚBLICOS LUTARÃO POR UM SUBSTITUTIVO QUE SERÁ APRESENTADO AO PARLAMENTO

VOLTANDO atrás do que pretendia anteriormente (transferir por dois anos a discussão do Plano de Reclassificação do funcionalismo público), o sr. Juscelino Kubitschek enviou à Câmara dos Deputados projeto, dentro do prazo de 180 dias que prometera aos servidores. O projeto foi elaborado pelo DASP e já começou a ser debatido pelos funcionários.

UNIDADE NACIONAL DOS SERVIDORES

No dia 14 do corrente, realizou-se na ABL uma reunião de representantes das principais entidades de servidores para uma primeira tomada de posição em relação ao projeto e para a elaboração de um ponto de vista comum e unitário sobre as medidas que serão seguidas. Estiveram presentes os enviados da Associação Brasileira dos Servidores Postais e Telegráficos, União Nacional dos Servidores Públicos, Sindicato dos Engenheiros do Distrito Federal, das Associações dos Funcionários Públicos, das Enfermeiras Obstetras, dos Servidores do Departamento de Endemias Rurais, dos Servidores do HCE, Médica do Distrito Federal, dos Servidores da Campanha Nacional Contra a Tuberculose, dos Servidores do DNER, dos Motoristas do Serviço Público, dos Servidores do Ministério da Fazenda, dos Servidores do Arsenal de Guerra

e da Marinha, Casa da Guarda Civil, Comitê dos Servidores das Verbas 3 e 4, da Casa do Policial e da Associação dos Servidores da FFCB.

SUBSTITUTIVO DO FUNCIONALISMO

As conclusões da importante reunião foram fixadas, em seguida, num manifesto dirigido a todos os servidores federais, autárquicos e ao pessoal das verbas globais. O documento mostra as inúmeras falhas, omissões e injustiças inaceitáveis do projeto do Executivo: oficialização do regime do compadrismo nas promoções, obrigatoriedade de concurso para os trefeiros, manutenção da situação do pessoal de obras e verbas globais; divisão, subdivisão e estreitamento dos quadros e sujeição do enquadramento a regras subjetivas, etc.

O manifesto repudia formalmente o projeto, que denomina "código de castigos", e conclama os servidores a, unidos nas repartições, nos Estados e municípios, em comissões pro-classificação, em torno de suas entidades específicas, da UNSP e da Congregação Nacional Pró-Classificação, lutarem por um substitutivo que será elaborado e que representará o consenso das opiniões de todas as entidades de servidores públicos do Brasil.

I CONFERÊNCIA DOS LAVRADORES E ASSALARIADOS RURAIS DE ALAGOAS

Ilustres notáveis deputados vereadores, por natistas, o prefeito de Maceió começaram, para realizar-se na capital alagoana a I Conferência Estadual de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Alagoas. O ministro de convocação afirma, entre outras coisas:

Em nosso Estado os assalariados agrícolas não gozam sequer das vantagens asseguradas na legislação trabalhista, tais como: férias, salário-mínimo, carteira assinada, repouso remunerado, aviso prévio e tantos outros. Não é diferente a situação dos lavradores, pequenos e médios, sem crédito e assistência técnica, como também sem a garantia de preços compensadores para os produtos da lavoura.

Encontram-se eles igualmente desorganizados — acientia o manifesto — não existe sequer um sindicato rural para os trabalhadores da cana. A falta de organização tem sido a causa de sua fraqueza.

TEMARIO DA CONFERÊNCIA

O temario da Conferência, aprovada em reunião preparatória, é o seguinte:

- I — Reforma agrária democrática
- II — Extensão da legislação trabalhista aos assalariados agrícolas. Direitos e reivindicações dos lavradores e trabalhadores agrícolas.
- III — Criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Alagoas

A COMISSÃO EXECUTIVA

É a seguinte a Comissão Executiva da Conferência presidente — João Moura, vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Açúcar, vice-presidente — José Reis da Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Piaçabussu; secretário — José Gomes da Silva, operário de usina; membros — Júlio França, deputado estadual (PSP), Otacilio Cavalcanti, deputado estadual (UDN), Manoel Moraes, vereador da capital (PTB), Osvaldo Veloso, presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria, Genésio Nascimento, presidente do Sindicato dos Altiários, Antônio Sara, Moraes da Paziência e Gervásio Francisco, trabalhadores agrícolas da Usina Urupia.

AJUDA DOS OPERÁRIOS

Pela primeira vez os trabalhadores do campo em Alagoas em busca de seus direitos operários, não são organizados e a luta por suas reivindicações. Os sindicatos operários estão ajudando a Conferência. Em suas sedes realizam-se as reuniões de operários. Os operários das usinas de açúcar participaram ativamente da preparação do manifesto final.

Por decisão da Comissão Executiva foram programadas reuniões preparatórias da Conferência em fazendas, usinas e lugares de arroz, bem como conferências municipais em Rio Largo, Mirici, Capela, São Miguel dos Campos, Piaçabussu e outros municípios.



EXIGÊNCIA DOS COTONICULTORES EXIGÊNCIA DOS COTOCULTORES

ALEGANDO que a lei 1.506 (de 1951) determina a fixação de preços mínimos apenas para os cereais e desprezando os reclamos dos lavradores, o governo até agora não fixou — nem falou em fixar — preços mínimos para o algodão.

Se esta já era, nas safras anteriores, uma reivindicação essencial dos cotonicultores, muito mais o é agora, às vésperas do início do novo ano agrícola. O próprio governador de São Paulo, em telegrama ao ministro da Fazenda reclamou (20 de agosto) do governo federal a providência, lembrando "as condições adversas do clima, que já produziram aos cotonicultores acentuado desânimo, cujas consequências sobre a próxima safra serão desastrosas se os governos federal e estadual deixarem de amparar, em tempo hábil, a referida lavoura" e acentuando que, sem a fixação do preço mínimo, "não poderão os lavradores obter as facilidades de financiamento bancário indispensáveis".

O PREÇO MÍNIMO

Os cotonicultores, especialmente os pequenos e médios, não firmaram, ainda, um ponto de vista comum a respeito do preço mínimo a ser fixado. A Confederação Rural dirigiu-se ao governo, reclamando Cr\$ 150,00. Esse preço, porém, é irrisório. A alegação de que é mais alto (apenas Cr\$ 15,00) do que o fixado para a última safra, chega a ser uma chifana, sabendo-se que, na época, já os cotonicultores exigiam muito mais, para poderem fazer face às necessidades.

A FARESP, no entanto, adotou posição diferente. A 28 de agosto o presidente

dessa entidade exigiu, em entrevista com o ministro da Fazenda, Cr\$ 180,00. Esse foi o preço exigido na safra passada. O sr. Juscelino Kubitschek compareceu ao Congresso de Assis e encontrou-se com essa exigência, que foi, também, do Congresso de Presidente Prudente. Voltando ao Rio, porém, fixou o mínimo de Cr\$ 135,00 — enquanto concedia Cr\$ 523,00 para o algodão em pluma, o que veio trazer grandes lucros para os exportadores, particularmente os americanos (Sandra, Anderson Clayton, Mac Fadden, etc.) que praticamente monopolizam a exportação do produto.

REIVINDICAÇÃO URGENTE

A fixação de um preço mínimo compensador é uma reivindicação urgente, profundamente sentida e, por isso, capaz de mobilizar os plantadores de algodão. É evidente que eles só serão vitoriosos se souberem lutar, organizadamente, para conquistá-la. Os cotonicultores paulistas contam, aliás, com experiências de luta que, por certo, saberão utilizar e valorizar, agora.



Congresso de Pres. Prudente (março de 1956) reclamou o preço mínimo de Cr\$ 180,00

NA USINA OITEIRO:

PARA OS OPERÁRIOS DA USINA O ATROSO CHEGOU A CINCO MESES — OS TRABALHADORES SÃO OBRIGADOS A COMPRAR GÊNEROS (COM VALES) AOS FORNECEDORES E VENDÊ-LOS AOS COMERCIANTES COM 50% DE ABATIMENTO, PARA PODEREM PEGAR EM DINHEIRO — LUTAS PELO PAGAMENTO DOS ATRASADOS

A USINA Oiteiro (Campos, Estado do Rio, propriedade do sr. Maciel Filho) ocupa mais de mil trabalhadores, na lavoura e na usina. Possui nove fazendas, algumas podendo produzir até 30 mil toneladas de cana, e tem capacidade para uma produção anual de 300 mil sacas de açúcar.

Os donos da Oiteiro destacam-se, na região entre os usineiros que mais exploram os operários e assalariados rurais. Essa exploração é dirigida por um grupo de altos funcionários, os seguintes: Loureiro, gerente geral; Ari Campos, ajudante do gerente geral; Galvão, chefe do escritório; Bandeira, químico; Nicácio, administrador geral da lavoura.

O usineiro mandou riscar das carteiras dos trabalhadores o salário-mínimo de Cr\$ 3.500,00 — já assinado. Ao mesmo tempo a exploração vem sendo intensificada: estão exigindo, agora, que dois homens cortem uma linha de cana de 100 braças em menos de 8 horas de trabalho, sob pena de não ganhar o salário-mínimo — o que é uma tarefa absurda.

O fornecimento é péssimo. Constantemente faltam gêneros e artigos de uso. Quando existem à venda, são de má qualidade, e caríssimos. Um metro de riscado custa Cr\$ 45,00. Um de brim escuro para calças, Cr\$ 50,00. Um metro de algodãozinho ralo, Cr\$ 35,00. O açúcar é racionado (3 quilos por semana para os chefes de famílias e 1 quilo para os solteiros) e custa Cr\$ 12,00 o quilo. O arroz custa Cr\$ 18,00 o quilo. Carne seca, Cr\$ 55,00. Farinha, Cr\$ 8,00. Um maço de cigarros «Astória» custa Cr\$ 12,00.

Desde que o sr. Maciel Filho comprou a Usina Oiteiro, não paga em dia os salários dos trabalhadores. Os operários da Usina chegaram a acumular, sem receber, os salários de 5 meses, e os da lavoura os de 8 meses. Os trabalhadores só recebem vales para comprarem no fornecedor da usina. As vezes os gêneros faltam e todos ficam esperando que cheguem, durante longo tempo. Entre os dias 23 e 24 do mês passado muitos ficaram esperando até as duas horas da madrugada para comprarem alguma coisa. Quando um trabalhador quer algum dinheiro para uma necessidade urgente, compra gêneros ao fornecedor (pagando em vales) e vende a comerciantes com 50 por cento de abatimento (a dinheiro). Esse negócio é chamado «macaco» e é comum, também, o roubo no péso, o que prejudica os trabalhadores ainda mais.

Os trabalhadores sempre lutaram por seus direitos. Antes a luta era mais difícil, porque não havia uma aliança entre os operários da usina e os assalariados da lavoura. O patrão explorava isso e procurava, por vários meios, fomentar a divisão entre eles e jogar uns contra os outros. Agora muitos já compreendem que essa aliança é um fator importante para a vitória das lutas.

No mês de julho, depois de irem, em várias comissões, ao escritório, os trabalhadores resolveram ir ao sindicato. Uma comissão de mais de 100 trabalhadores exigiu do presidente do sindicato que tomasse providências para obrigar o usineiro a fazer o pagamento. O usineiro pagou dezembro de 1955 na lavoura e fevereiro na usina e prometeu pagar o restante de julho a agosto. Mas não cumpriu. No dia 16 de agosto uma comissão de 30 homens foi ao gerente e exigiu o pagamento. O Sr. Loureiro respondeu que estava parada a usina, em consequência da greve dos fornecedores de cana e nada podia fazer.

No dia 24 de agosto soube-se que o Sr. Maciel Filho viajaria para o Rio, sem pagar os salários. Cerca de 250 trabalhadores, homens e mulheres, foram esperar o carro na estrada e exigiram do usineiro que mandasse fazer o pagamento. O químico Bandeira, depois de insultar os trabalhadores, tentou agredir um deles chamado Wilson e foi surrado pelos operários e assalariados da lavoura, fugindo. O Sr. Maciel Filho pediu um prazo de 30 dias para pagar tudo, o que foi aceito pelos trabalhadores.

Esses fatos tiveram grande repercussão na usina. Do escritório chamaram a polícia, mas o delegado não compareceu, dizendo que não tinha corrido «sangue» e que, por isso, não havia o que fazer lá. O delegado, recebe, constantemente, queixas contra a usina Oiteiro que costuma não pagar o que deve.

(Na próxima edição publicaremos a conclusão desta reportagem do nosso correspondente em Campos).

SONEGAM O AUMENTO DA CANA AOS PEQUENOS FORNECEDORES

A USINA Sapucaia (Campos, Estado do Rio) está explorando brutalmente os colonos e pequenos fornecedores de cana. Estes não estão sendo beneficiados com o aumento do preço da cana, pois o usineiro resolveu descontar, agora, toda a sua dívida.

Depois da greve dos fornecedores, o preço da cana foi aumentado para \$ 5,00 por 1.500 quilos. O proprietário da Usina Sapucaia imediatamente começou a descontar as dívidas dos pequenos fornecedores — 6, 7, 8 mil cruzeiros de uma vez — o que vem levando os mesmos a uma situação extremamente difícil, tanto mais que o aumento ainda não estava sendo pago.

Além disso o usineiro não paga todo o preço da cana fornecida de uma vez, paga \$ 150,00 por cada carro de quinze em quinze dias. Assim, quem entrega 180, 200 ou 300 carros (1.500 quilos) por safra, é obrigado a receber o dinheiro em prestações quinzenais de \$ 150,00 por carro. A balança da usina ainda rouba no péso. Agora puseram uma balança automática e o preço desta está sendo pago, na prática, pelos fornecedores, através das "diferenças" de péso, etc.

Enquanto isso o preço de uma hora de carro de boi já chegou a \$ 90,00. Os colonos são obrigados, nos dias de muito serviço, a trabalhar de graça e darem seus carros para o serviço, sob pena de sofrerem perseguições.

O usineiro procura dividir os trabalhadores dentro da usina, para melhor explorá-los, pagando salários diferentes aos fixos e aos "pontos extra" (\$ 90,00 e \$ 70,00) quando devia pagar a todos o salário-mínimo de \$ 116,00).

(Do correspondente da VOZ em Campos.)

8 MESES SEM RECEBER SALÁRIOS

ORGANIZAM-SE EM SINDICATO OS ASSALARIADOS RURAIS DE ALTINÓPOLIS

NO DIA 7 de outubro próximo realizar-se-á a assembleia do Sindicato Rural de Altinópolis (São Paulo) para pedido de registro da nova organização, no Ministério do Trabalho. O sindicato foi fundado no dia 26 de agosto, apesar das tentativas de impedir a fundação, partidas do delegado de polícia da cidade.

A Comissão Organizadora lançou um manifesto, convidando os assalariados agrícolas para a assembleia de fundação do sindicato e marcando para a realização da mesma as 12 horas do dia 26. Mas, quando o delegado de polícia viu os volantes nas ruas, tomou medidas para impedir a reunião.

A ASSEMBLEIA PROIBIDA

Quando, no dia 26, um dos membros da Comissão Organizadora, o sr. Antônio Pimenta, abriu o salão onde deveria realizar-se a assembleia, foi intimado por policiais a comparecer perante

o delegado. Este declarou ao trabalhador que "a lei não permite" a fundação de sindicatos. O sr. Antônio Pimenta mostrou ao delegado o texto da lei mas o policial afirmou que "não o conhecia" e, enquanto ele não se comunicasse com "seus superiores" ficaria proibida a reunião.

O sr. Antônio Pimenta procurou, então, um advogado (de Ribeirão Preto) que fora a Altinópolis, a convite, para assistir à fundação do sindicato rural. Pouco depois o delegado de polícia chegava ao hotel, começando a discutir com o advogado em voz alta. Numerosos camponeses, a essa altura, também haviam chegado e os policiais acabaram retirando-se.

FUNDADO O SINDICATO

Mais tarde, com a presença do advogado, realizou-se a assembleia de fundação do Sindicato Rural de Altinópolis, de acordo com as formalidades exigidas pelo MTIC. Foi eleita a diretoria provisória, tendo à frente o sr. Antônio Pimenta. Foram aprovados os estatutos da nova organização. (Do correspondente da VOZ em Altinópolis, SP)

Em Debate Novo Projeto de Extensão da C.L.T. ao Campo

A COMISSÃO interpartidária da Câmara, encarregada de aprovar um anteprojeto de lei que estenda aos trabalhadores rurais o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho não aceitou o proposto pelo relator, deputado Lourival Almeida (PSP). Na reunião de quarta-feira a comissão rejeitou toda a primeira parte do anteprojeto, adotando a correspondente do substitutivo Segadas Viana ao antigo projeto 4.264, já analisado por este jornal. A tendência da comissão é aceitar, em linhas gerais, o substitutivo Segadas.

SUPRESSÃO DOS DIREITOS DOS COLONOS

O projeto, porém, exclui os colonos, ao regulamentar direitos e garantias de que estes já gozam por lei, a começar do salário-mínimo. Assim, os colonos perdem também o direito ao repouso remunerado, férias, à proteção ao trabalho da mulher e do menor. Por outro lado, limita o gozo de alguns direitos somente ao trabalhador-empregado, considerando como tal aquele que presta «serviço não eventual». Está claro que isso dá aos latifundiários a possibilidade de manobrar, classificando a grande maioria dos assalariados como prestando «serviços não efetivos» ou «eventuais». Essa idéia estava, aliás, no substitutivo da UDN ao 4.264, que traduzia os pontos de vista dos latifundiários.

É evidente que os colonos precisam defender seus direitos, legalmente assegurados há muito tempo, sob pena de serem espoliados no novo projeto.

A PREVIDÊNCIA SOCIAL

O projeto exclui a extensão da previdência social ao campo, determinando a realização, no prazo de 120 dias, de um «censo dos agrários» a partir do qual seja elaborado pelo Executivo, um outro projeto sobre a extensão ou previdência.

Espera-se que as organizações de trabalhadores rurais enviem à comissão sugestões sobre o novo projeto, atendendo ao pedido que foi feito a uma comissão de líderes sindicais do interior paulista e norte do Paraná que esteve no Rio, há dias, por alguns deputados do PTB e PSP. O envio de sugestões deverá ser feito com urgência, uma vez que está a esgotar-se o prazo da comissão.

ALGUMAS EXPERIÊNCIAS DAS PÁGINAS DE CAMPO DOS JORNAIS POPULARES

EM EDIÇÃO anterior assinalamos que alguns jornais da imprensa popular vêm dedicando especial atenção aos problemas específicos dos camponeses e trabalhadores rurais e contam, assim, com experiências cujo intercâmbio seria proveitoso a todos.

Não se trata, evidentemente, de ser esquemático. Não seria justo, por exemplo, tomar a página de campo de «Notícias de Hoje» (São Paulo) e transformá-la em esquema a ser aplicado na «Frente Popular» (interior de Goiás), ou na «Tribuna do Sul» (região cacaueira da Bahia). «Frente Popular» circula em uma região predominantemente camponesa. Para este jornal seria fazer muito pouco — embora nem esse pouco seja feito — dedicar apenas uma seção ou, mesmo, uma página semanal aos problemas específicos dos camponeses. Está fora de dúvida, também, que, para «Tribuna do Sul», os problemas dos lavradores e, especialmente, dos trabalhadores do cacau, devem ser o principal.

Há, porém, algumas questões que devem ser consideradas pelos jornais em geral, para que possam continuar melhorando suas páginas, seções ou matérias dedicadas aos camponeses e assalariados agrícolas.

A experiência demonstra que é impossível a um jornal manter e aperfeiçoar uma seção dedicada ao campo se não conta com um redator responsável por isso. É necessário encarar a tarefa de conhecer os problemas da região ou Estado, estudá-los sempre melhor, procurar conhecer as reivindicações gerais e específicas das diversas camadas sociais no campo, acompanhar a organização e as lutas dos lavradores e trabalhadores rurais. Está claro que, se essas tarefas passarem de um para outro redator a cada semana ou a cada mês, não poderão ser cumpridas — são questões complexas, que exigem estudo sério, paciente e contínuo.

Por outro lado, o responsável pela seção de campo do jornal não pode deixar de contar com a colaboração constante daqueles que, fora da redação se dedicam a estudar os problemas do campo e a ajudar os camponeses e trabalhadores rurais em sua organização e suas lutas.

É impossível às redações dos nossos jornais manter estreito contato com os camponeses e trabalhadores rurais se não contam com uma rede de correspondentes nas fazendas, usinas, cidades e vilas do interior, nas principais concentrações camponesas e de assalariados agrícolas.

O responsável pela seção de campo do jornal deve cuidar pessoalmente da correspondência, escrever aos correspondentes, dar-lhes indicações práticas, ajudá-los a melhorar o nível das colaborações e cartas. (VOZ OPERÁRIA tem publicado indicações e cartas para os correspondentes no campo vejamos entre outras, as edições números 354 e 383). Os agentes do jornal, no interior, podem e devem ajudar na formação de correspondentes. Essa ajuda, porém, será apenas uma parte da solução do problema. A outra parte cabe ao próprio jornal. Muitos dos correspondentes efetivos (e eficientes) da VOZ foram credenciados por iniciativa de nossa redação, que entrou em contato com eles através da simples correspondência dos leitores, da rede de assinantes etc. A correspondência de campo exige um carinho especial, uma ajuda constante, que só pode ser dada pelo redator especializado ao tratar desses problemas.

A IMPORTÂNCIA DO ARQUIVO

Outra questão importante é o arquivo. A experiência demonstra que a seção de campo do jornal precisa contar com um arquivo próprio. O redator que se dedica aos problemas do campo é, evidentemente, quem melhor pode mantê-lo organizado, atualizado e — o que é essencial — enriquecê-lo continuamente. Eis algumas coisas indispensáveis em um arquivo desse tipo: 1) — materiais estatísticos. É indispensável conhecer e valorizar as publicações estatísticas, especialmente o Censo Agrícola, do qual o IBGE já publicou os dados completos relativos aos Estados de São Paulo, Bahia, Paraná e Minas. Os Departamentos estaduais de estatística e os serviços especializados do governo (Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura, Comissão Nacional de Política Agrária, Secretarias da Agricultura dos Estados, etc.) bem como outros órgãos dedicados aos problemas agrícolas editam regularmente publicações valiosas, que devemos estudar. 2) — materiais e informações sobre a situação e as reivindicações dos camponeses e, especialmente, dos trabalhadores rurais, sobre sua organização e suas lutas. 3) — legislação que interessa especificamente aos lavradores e trabalhadores agrícolas. 4) — os jornais de caráter nacional da Imprensa Popular — VOZ e Terra Livre — que publicam matérias sobre a vida e as lutas dos camponeses e assalariados rurais.

Estas são algumas questões que a experiência indica como importantes para as seções de campo dos diversos órgãos de nossa imprensa, no país.



Fundado o Sindicato Rural de Tabatinga

PRESENTES UMA CARAVANA DO PACTO DE UNIDADE INTERSINDICAL DE SÃO PAULO E UM REPRESENTANTE DA DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO

OS TRABALHADORES agrícolas de Tabatinga (São Paulo), fundaram seu sindicato, que dirigirá suas lutas e no qual se organizarão. A fundação do sindicato contou com a ajuda dos operários: o Pacto de Unidade Intersindical enviou a Tabatinga uma delegação, a cuja frente se encontrava o presidente do Sindicato dos Têxteis da capital paulista, sr. Nelson Rustici e constituída de representantes dos sindicatos dos têxteis, dos operários da construção civil e da indústria de laticínios. Os representantes dos sindicatos operários, com sua experiência de organização sindical, ajudaram os trabalhadores rurais no que se fez necessário.

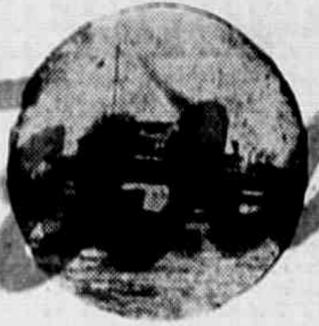
Um representante da Delegacia Regional do Trabalho, sr. Lourenço João Cordioli (na foto abaixo, falando na assembleia) compareceu à fundação do sindicato, assim como o delegado de Polícia de Tabatinga, sr. Nestor Sampaio Penteado e o médico-chefe do Posto de Saúde local, dr. Amarante Sgarbi.

Centenas de trabalhadores compareceram à assembleia, apesar das provocações dos latifundiários contra a Comissão Organizadora, contra a qual chegaram a lançar mão da violência policial. A assembleia elegeu a diretoria provisória, que deverá, breve, imprimir e distribuir entre os associados os estatutos, de acordo com o modelo exigido pelo MTIC. (Na foto ao alto a nova diretoria do Sindicato, juntamente com a caravana da ULTAB e do Pacto de Unidade Intersindical).



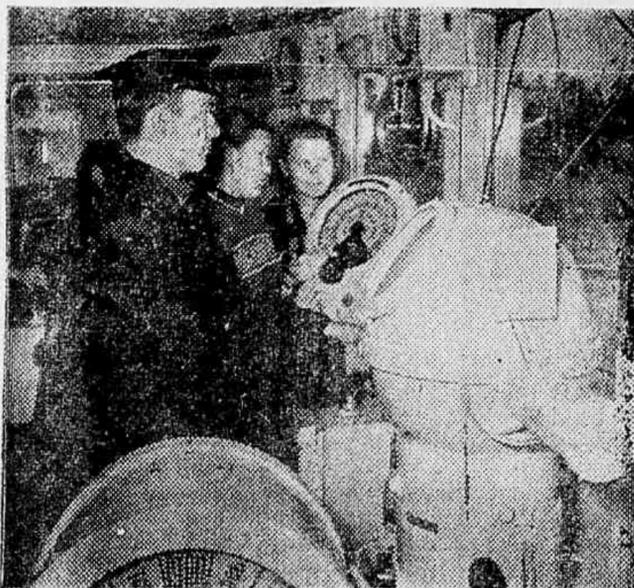
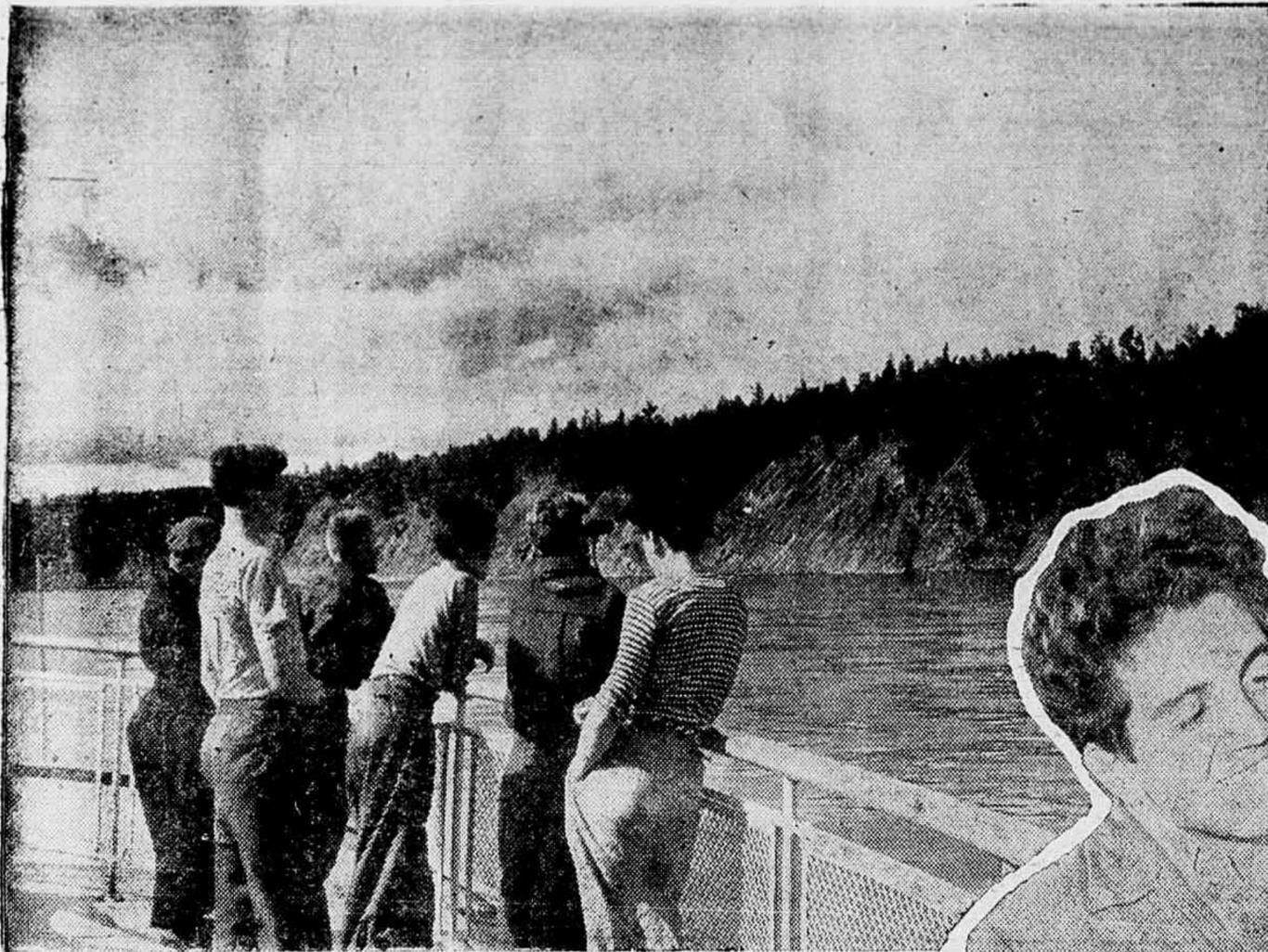
PARA O TRABALHO E A VIDA EM

Novas Turmas



Durante o percurso: as canções são inseparáveis companheiras dos jovens viajantes.

NO verão que acaba de terminar, novos milhares de jovens soviéticos, atendendo ao apelo do C. C. do P. C. U. S. e do governo, foram trabalhar e viver no Extremo Oriente, na Zona Polar e no Norte do país. Da capital partiram 500 jovens, que fizeram um percurso de 4.000 quilômetros para o Oriente e 2.000 para o Norte. Viajando através do rio Yenissei, que une a Ásia Central ao Oceano Glacial, as moças e rapazes soviéticos, passaram dias agradáveis, contemplando a bela paisagem da região, tocando e bailando. Marcham ao encontro da grandiosa tarefa da edificação no Oriente e no Norte e a fazem com a elevada consciência de quem contribui para a grandiosa crescente do País do Socialismo.



O expresso fluvial «Alexandre Matrossov», nome de um jovem herói da guerra contra o nazismo, corta as águas do Ienissei. No leme (à esquerda) o piloto Vítor Videman, ao lado de alguns viajantes (Foto Pressa-Agência).